



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**4ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**
[Gestão 2023-2025]

Data: 06 e 07 de agosto de 2024
Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF

1 **Abertura e boas-vindas à 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2024.** A Sra. Elisabetta
2 Recine, Presidenta do Consea, confirmou que o Plenário apresentava quórum mínimo
3 para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião
4 apresentando a pauta prevista para os dois dias de trabalho. A Presidenta do Consea
5 procedeu à leitura da **Pauta Proposta:** Dia 06/08/2024 – manhã, 09h00: Abertura e Boas
6 Vindas; 09h10 – 11h00: Experiências, desafios e perspectivas para a gestão e o controle
7 social do PNAE no âmbito SISAN; 11h00-12h50: Por uma abordagem antirracista para os
8 desafios e potencialidades da participação de da População Negra, Povos Indígenas e
9 Povos e Comunidades Tradicionais no PNAE. Dia 06/08/2024 – tarde, 14h00 – 14h40:
10 Pronunciamento Ministerial; 15h00-17h30: Reunião das Comissões Permanentes (CPs)
11 e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE); 17h30 – 19h00: Reunião dos
12 Grupos de Trabalho. Dia 07/08/2024 – manhã, 08h30-12h30: Reunião das CPs, GTs
13 CPCE; Dia 07/08/2024 – tarde – Sessão Plenária 14h00 – 15h30: Relato das CPs, GTs e
14 CPCE; 15h30 – 16h30: Deliberações da Plenária; 16h30 – 17h15: Informes. A Presidenta
15 Elisabetta Recine informou, além da dinâmica dos dias e horários da plenária, que o
16 momento de pronunciamento Ministerial contaria com a presença do Secretário-Geral,
17 Ministro Márcio Macedo e também o Ministro substituto do Ministério do
18 Desenvolvimento Social, senhor Osmar Ribeiro Júnior. Salientou que o senhor Ministro
19 Camilo Santana não pôde comparecer por uma agenda externa de viagem. Para o dia
20 seguinte, explicou que as reuniões das comissões começariam em diferentes horários
21 devido à participação de alguns conselheiros nos Grupos de Trabalho (GTs) Internacional
22 e de Cultura Alimentar. Para finalizar, a segunda tarde seria destinada além dos relatos
23 das comissões, dos GTs, da Comissão Permanente de Conselheiros Estaduais (CPCE),
24 também às deliberações necessárias quanto às recomendações propostas pelas
25 comissões e informes. A Presidenta Elisabetta Recine ressaltou a importância de
26 aprovação da pauta, a qual foi aprovada. Concluída a leitura de pauta, a Presidenta do
27 Consea convidou Vanessa Schottz, conselheira pelo Fórum Brasileiro de Soberania e
28 Segurança Alimentar e Nutricional, a qual, também coordena a comissão permanente
29 que atua na agenda de abastecimento e produção de alimentos, para compor a mesa.
30 Após saudar todos os presentes, a Presidenta resgatou a importância do tema da
31 Plenária. Pontuou que o Consea tem um acompanhamento histórico e de proteção do
32 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ressaltou o trabalho intenso do
33 Consea, por meio de diálogo com os diversos setores na concepção da Lei, o
34 acompanhamento de sua tramitação no congresso até a aprovação. Destacou a
35 importância do programa no período da pandemia, para manter as condições mínimas
36 de alimentação, não só para os escolares, mas também de suas famílias, porém, ao
37 mesmo tempo houve um número de projetos protocolados no sentido de desvirtuar o
38 programa. O PNAE é um programa histórico e considerado um cartão de visitas para o
39 mundo, gerando cobiça devido a sua abrangência. Essa abrangência e volume de
40 recursos move interesses que fogem da preservação do Direito Humana à Alimentação
41 Adequada (DHAA) fazendo-se necessário o constante monitoramento pelo Consea
42 Nacional e Conseas Estaduais. O retorno deste tema para a Plenária ocorreu no sentido
43 de aprofundar o compromisso de acompanhamento, contribuição e qualificação do
44 programa. Quem acompanha a agenda tem conhecimento que há 4 décadas a compra

45 da alimentação escolar era centralizada na esfera federal com produtos industrializados
46 e que mesmo com a descentralização para os estados, a realidade ainda é desafiadora.
47 Assim, o Consea tem se colocado ao lado do programa, no sentido de protegê-lo e
48 aprimorá-lo, sendo, esse o grande objetivo da plenária. Ao término da fala, a Presidenta
49 agradeceu novamente a presença de todos e informou que a secretaria executiva do
50 Consea enviou todas as atas de 2023 para aprovação remota e que todas encontram-se
51 aprovadas neste momento. A Presidenta pediu que todos se identificassem ao usarem
52 o microfone, pelo nome e a organização que representam. Também solicitou a
53 assinatura da lista de presença. Reforçou que todas as plenárias são pensadas em
54 conjunto com a mesa diretiva, que é composta pelas coordenações de todas as
55 comissões. A partir da discussão realizada pela mesa e dependendo do processo, um
56 grupo de trabalho é reunido para pensar na temática levantada ou toda a mesa diretiva
57 se responsabiliza pela organização da Plenária. A partir dessa fala, a presidente passou
58 a palavra para a conselheira Vanessa Schottz.

59 **Ponto de Pauta: Experiências, desafios e perspectivas para a gestão e o controle social**
60 **do PNAE no âmbito SISAN.** Vanessa Schottz cumprimentou todos os presentes e
61 externou seu contentamento por poder debater sobre o PNAE no âmbito do Consea. A
62 conselheira reforçou que o Consea sempre acompanhou e contribuiu com o programa,
63 e que, na presente data teriam a oportunidade de discutir, ouvir experiências, desafios
64 e perspectivas para a gestão e o controle social do PNAE no âmbito do Sisan. Para trazer
65 essas contribuições convidou para compor a mesa a conselheira Mariana Santarelli,
66 representante do Observatório de Alimentação Escolar (OAÊ), José dos Santos –
67 Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Pernambuco, Dilane
68 Alcântara - gerente de alimentação escolar da Subsecretaria de Segurança Alimentar da
69 prefeitura de Belo Horizonte, e Fernanda Pacobahyba - presidente do Fundo Nacional
70 para o Desenvolvimento da Educação, FNDE. Vanessa Schottz retomou a palavra
71 agradecendo a Presidenta, e convidou a conselheira Mariana Santarelli para fazer a fala
72 em nome do Observatório da Alimentação Escolar, sobre “Perspectivas e propostas da
73 sociedade civil para a consolidação, ampliação e fortalecimento do PNAE”. A convidada
74 iniciou sua fala apresentando o Observatório da Alimentação Escolar (OAÊ) como uma
75 rede formada por um conjunto de organizações e movimentos sociais que atuam
76 coletivamente em defesa da alimentação escolar. O OAÊ foi criado durante o período da
77 pandemia a partir da necessidade de fazer um monitoramento e acompanhamento do
78 que estava acontecendo naquele período. Ele possui um núcleo executivo composto
79 pela FIAN Brasil e pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e
80 Nutricional. No total, 20 organizações de movimentos sociais fazem parte do seu Comitê
81 Consultivo. O Observatório busca escutar, sistematizar, produzir estudos e criar um
82 acervo com materiais de referência sobre alimentação escolar. Com base nessas
83 atividades fazem um trabalho de incidência no Congresso Nacional e também junto ao
84 executivo. Dentre as pautas relevantes para acompanhamento cita-se, compras públicas
85 da agricultura familiar, sobretudo, a perspectiva de prioridade de povos indígenas,
86 comunidades quilombolas, mulheres e assentados da reforma agrária, as desigualdades
87 nos projetos de implementação, e a defesa do PNAE no Congresso. Mariana contou que
88 teve a oportunidade de escrever um artigo para o Fórum Brasileiro de Soberania

89 Alimentar, com um pouco da história de participação social no processo de elaboração
90 do PNAE. A constituição do Grupo de Trabalho (GT) para elaboração da Lei para
91 instituição da política do Plano Nacional do PNAE, se deu dentro do Consea. Foi um
92 trabalho árduo, entre o início de concepção e elaboração do Projeto de Lei (PL) até sua
93 aprovação no Congresso Nacional. Muitos dos mecanismos conquistados como, por
94 exemplo, a obrigatoriedade da compra pública, dificilmente seriam aceitos num
95 contexto presente do Congresso Nacional. Fatos como esses reforçam a necessidade de
96 proteção da Lei por entender que ela representa muito dos anseios da sociedade, uma
97 vez que foi construída dentro de uma perspectiva de direitos, sobretudo, do Direito
98 Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. Mariana Santarelli também citou a
99 Resolução nº 6 de 08.05.2020, do FNDE, como um Marco relevante para a restrição da
100 oferta dos alimentos ultraprocessados de forma alinhada aos preceitos do Guia
101 Alimentar para a População Brasileira e também para o Guia para Crianças Brasileiras
102 Menores de 2 anos de Idade do Ministério da Saúde. Considerou como dois Marcos
103 legais muito importantes, que pavimentaram a trajetória desafiadora de
104 universalização, para que todos os estudantes da rede pública da educação básica
105 tivessem direito à alimentação escolar. Tendo a própria Lei definido essa obrigação
106 como um dever do Estado. Esses Marcos garantiram a descentralização e o
107 cofinanciamento realizado pelo FNDE, o qual é responsável por fazer a transferência dos
108 valores per capita para as entidades executoras, e com a corresponsabilidade dos
109 demais entes federados, o que culminou em uma trajetória de democratização das
110 compras públicas de alimentos por parte do estado brasileiro. Mariana frisou que dentre
111 os desafios a serem debatidos em uma mesa específica durante a plenária estão a
112 prioridade para os assentados, povos indígenas, quilombolas e mulheres, também a
113 promoção de uma alimentação saudável e adequada, com respeito à cultura, aos
114 hábitos alimentares, às necessidades específicas e a restrição da oferta de alimentos.
115 Apesar de todos os avanços positivos, ainda existem obstáculos entre os quais, o que
116 está definido em Lei e o que é realidade da implementação. Mariana Santarelli
117 apresentou algumas perguntas para reflexão, uma delas foi “estamos construindo uma
118 trajetória de democratização das compras públicas da agricultura familiar?” Em relação
119 aos dados da execução do PNAE, os quais são sistematizados a partir do sistema de
120 prestação de contas do FNDE destacou uma trajetória ascendente, no entanto, chamou
121 atenção que durante o período da pandemia da Covid19 houve uma queda do
122 percentual total de compras feitas da Agricultura Familiar (AF), chegando a 45% do total
123 de aquisição no ano de 2022. Sobre esses dados há algumas dúvidas em relação a sua
124 inserção pela entidade executora no sistema, como o método de sistematização.
125 Observou-se que apenas 55% das entidades executoras do PNAE, cumpriram a
126 obrigatoriedade de aquisição de um mínimo de 30% da AF em 2022. Há entidades que
127 compram quase 100%, e aquelas que complementam o recurso, outras que não
128 compram, ademais é muito grande o número de municípios que não executam as
129 compras da agricultura familiar. Não é possível saber quais são esses municípios, pois
130 não há monitoramento ou mecanismos de acompanhamento. Também não existe o
131 cruzamento dos dados nos sistemas para entender quem são os agricultores familiares
132 que realizam a venda para o PNAE. Existe a suspeita que há uma concentração de vendas

133 em cooperativas de grande porte, em muitos casos formadas por uma maioria de
134 pessoas que não são agricultores familiares, no entanto não é possível estimar e
135 monitorar as prioridades, como: mulheres, agricultores indígenas e quilombolas.
136 Mariana Santarelli deu seguimento abordando a restrição da oferta de ultraprocessados
137 (AUP). Recentemente, o OAÊ publicou junto com o Núcleo de Saúde Pública e Nutrição
138 da USP um *Policy brief* onde sistematizaram todas as notas fiscais do Sistema de Gestão
139 de Prestação de Contas (SiGPC) em função das categorias de processamento dos
140 alimentos. Os resultados mostraram que em 2015 (antes da publicação da Resolução
141 nº6 de 2020, a qual define que haja aquisição de no máximo 20% de alimentos
142 ultraprocessados), 30% dos municípios cumpriram com a meta de restrição da oferta de
143 AUPs. No ano de 2019, 40% dos municípios brasileiros já utilizavam menos de 20% dos
144 recursos do PNAE na aquisição de processados e ultraprocessados. Os dados apontam
145 que, o que antes parecia difícil de ser atingido é possível, sobretudo, quando combinado
146 com as compras públicas da agricultura familiar. Outro tema relevante foi a campanha
147 permanente realizada pelo OAÊ para o reajuste dos valores per capita do PNAE, os quais
148 não possuem regras definidas em Lei ou em Resoluções do FNDE para atualização. Esses
149 reajustes dependem da vontade política, tornando o PNAE muito vulnerável à inflação
150 de alimentos. Entre 2010 e 2024, os valores foram atualizados apenas 4 vezes (2010,
151 2013, 2017, 2023), com critérios aleatórios. Depois de 6 anos sem atualização, o
152 orçamento do programa foi reajustado em 34%, no entanto, esse valor ainda não é
153 suficiente. O Observatório realizou uma simulação dos valores per capitais para o ano de
154 2025 na Alimentação Escolar, considerando a defasagem dos valores desde 2010, o
155 orçamento deveria ser de 9,9 bilhões, para garantia do mínimo a partir do ano de 2023
156 o orçamento chegaria a 6,2 bilhões. O Observatório avaliou a necessidade de um
157 mecanismo permanente para garantia do reajuste do programa e citou o Projeto de Lei
158 (PL) da senadora Teresa Leitão que cria uma regra permanente de reajuste anual dos
159 valores per capita, de forma automática, por Lei. Mariana Santarelli também comentou
160 sobre a dificuldade de municípios menores, com menor capacidade de arrecadação e
161 maior concentração de vulnerabilidade alimentar, em complementar os recursos dos
162 PNAE, a exemplo do estado do Amazonas, onde 57% das entidades executoras não
163 complementam o recurso que é repassado pelo FNDE. Esses locais possuem com
164 maiores problemas de insegurança alimentar. Nesse sentido, é de suma importância
165 considerar essas distintas condições socioeconômicas no desenho de financiamento. O
166 Observatório apoia PLs que alteram esse desenho e projetos que venham ser pensados
167 por parte do FNDE nesse sentido. Em relação ao monitoramento realizado pelo
168 Observatório perante ao Congresso Nacional, foram identificados mais de 120 PLs em
169 tramitação, que tentam fazer alterações no PNAE. Dentre as categorias de abordagem
170 desses PLs citam-se: PLs que criam reserva de mercado para determinados produtos
171 como, por exemplo, o leite fluido, a carne bovina, e carne suína, PLs que alteram o
172 percentual mínimo de 30% pra mais, pra menos, ou que até tiraram a prioridade dada
173 pra públicos específicos como os assentados, povos indígenas, quilombolas e mulheres,
174 PLs voltados pra viabilizar a distribuição direta de alimentos ou a transferência
175 financeira, PLs que alteram questões relativas ao orçamento e valores per captas do
176 PNAE. Mariana Santarelli chamou atenção para o PL apresentado no dia 30 de julho pela

177 senadora Janaína Farias, que propõe a criação de uma Política Brasileira de Alimentação
178 Escolar, o qual basicamente revoga a Lei do PNAE, e dá outras providências, o qual o
179 Observatório recebeu com grande surpresa, pois não tinha conhecimento da proposta.
180 O PL visa estruturar um modelo de cooperação federativa, na promoção da alimentação
181 escolar, cria um Conselho Nacional de Alimentação Escolar e cria uma série de novos
182 regramentos sobre financiamento, compras da agricultura familiar e outros aspectos.
183 Salientou a necessidade de entender em quais aspectos o PL avança em relação ao que
184 há hoje, e se, esses avanços são suficientes para colocar em risco aquilo já conquistado.
185 Mariana Santarelli deixou como pergunta final “o que de fato, é considerado com
186 avanço com essa proposta, que diálogos foram feitos com a sociedade para subsidiá-la
187 e em que medida essas alterações se justificam frente ao risco de colocar as diretrizes e
188 dispositivos conquistados em negociação no Congresso Nacional?”. A conselheira
189 Vanessa Schottz agradeceu as contribuições do Observatório, as quais representam
190 também as contribuições da sociedade civil como um todo, porque uma marca do PNAE,
191 é a participação da sociedade civil desde a elaboração do PL até o processo de
192 regulamentação, de construção de mecanismos, e de operacionalização do programa.
193 Também ressaltou a preocupação com um projeto que não possui um debate
194 estratégico com a sociedade. Por fim, convidou o senhor José Cruz dos Santos falar sobre
195 Desafios do monitoramento do PNAE e as contribuições do controle social. Senhor José
196 é presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Pernambuco. Senhor José
197 Cruz dos Santos iniciou a fala se apresentando, como parte do povo indígena Pankararu,
198 do sertão de Pernambuco, a 460 km da capital. Em 2017 foi convidado para participar
199 do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) estadual, como povos indígenas da comissão
200 de professores, representando a sociedade civil, como conselheiro do povo indígena,
201 negro, do sertão e ficando responsável pela política pública de alimentação escolar de
202 um estado com 185 município e mais um distrito de Fernando de Noronha com quase
203 1.060 escolas. Contou sobre seu apoio aos povos indígenas para que possam vender
204 seus próprios produtos para alimentação escolar. O CAE é composto por 28 conselheiros
205 de todas as regiões - metropolitana, agreste e sertão. Entende que por ser um trabalho
206 voluntário é preciso ter como uma missão, com mais amor e defender aquilo que
207 acredita. Dentre as entidades representativas tem-se os indígenas, os quilombolas de
208 Conceição das Crioulas, os quilombolas de Garanhuns. Sobre as atividades realizadas
209 citou acompanhamento sistemático de visitas, com calendário anual de reuniões,
210 comissão de finanças, comissão, parceria com órgãos de controle, como o Ministério
211 Público, para realizar um trabalho conforme a Lei. Como obstáculos enfrentados,
212 lembrou do período da pandemia com a transferência do recurso para as famílias, uma
213 vez que não podiam comprar cestas básicas e então utilizaram como critério o CadÚnico
214 para utilização dos cartões de benefícios. Senhor José citou a importância do Consea
215 como apoiador dos CAEs para monitorar e acompanhar a aplicação dos recursos de
216 forma eficiente e de forma igualitária. Apesar da garantia em Lei, a unidade executora
217 ainda não possui um plano para as comunidades indígenas fornecerem seu próprio
218 produto, mesmo assim, já foi realizado um levantamento das produções indígenas para
219 oferta nos cardápios escolares. Segundo senhor José, o produto da alimentação escolar,
220 deve garantir os hábitos alimentares e culturais, mas além disso, é preciso observar o

221 período de produção, sendo necessário a discussão sobre a flexibilidade da aquisição
222 dos produtos, uma vez que para além da utilização do recurso é necessário garantir sua
223 qualidade. Citou a necessidade de flexibilizar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)
224 e o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), para melhorar não só a
225 qualidade do produto que chega, mas também a aproximação de quem produz com a
226 escola, garantindo a transversalidade do currículo escolar favorecendo o processo de
227 ensino-aprendizagem, pois só a educação é capaz de mudar e transformar a realidade
228 do povo. Vanessa Schotzz agradeceu e parabenizou senhor José pelo excelente trabalho
229 executado pelo Conselho de Alimentação Escolar de Pernambuco. Citou o
230 desenvolvimento de estratégias interessantes para o monitoramento da alimentação
231 escolar. Posteriormente convidou a senhora Adilana Alcântara, gerente de alimentação
232 escolar da Subsecretaria de Segurança Alimentar da prefeitura de Belo Horizonte (BH),
233 para falar sobre cofinanciamento, gestão interfederativa e intersetorialidade no PNAE a
234 partir da experiência de Belo Horizonte. Adilana Alcântara iniciou sua fala
235 parabenizando senhor José pelo trabalho desenvolvido e por sua capacidade de fazer
236 controle social. Em seguida, ressaltou a gestão centralizada do Programa Nacional de
237 Alimentação Escolar em Belo Horizonte, onde todas as etapas de execução do PNAE
238 acontecem por meio do próprio município. Dentre as etapas, citou a gestão do
239 orçamento, a prestação de contas, a elaboração do cardápio, a aquisição e controle de
240 qualidade dos alimentos, toda a logística e distribuição, produção e oferta das refeições,
241 supervisão técnica *in loco* e educação alimentar e nutricional. A prefeitura de Belo
242 Horizonte segue as diretrizes da Resolução nº6. O recurso federal é repassado pelo FNDE
243 para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios para as unidades escolares. O
244 município por sua vez, complementa essa aquisição por meio de recursos próprios, além
245 de todo investimento com material, infraestrutura e pessoal. Em Belo Horizonte, a
246 gestão técnica, administrativa e orçamentária do programa acontece na Subsecretaria
247 de Segurança Alimentar e Nutricional, desde 1994. Participam do PNAE no município de
248 BH, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, por
249 meio da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pela execução
250 técnica, administrativa e financeira; a Secretaria Municipal de Educação, parceira,
251 responsável pela gestão e responsável pela infraestrutura das unidades; as unidades
252 educacionais, responsáveis pelo recebimento, armazenamento, produção e distribuição
253 das refeições, bem como pelo monitoramento da execução do programa no âmbito de
254 sua competência. O Conselho de Alimentação Escolar também é um parceiro, composto
255 por 28 conselheiros entre titulares e suplentes. Para fazer a gestão compartilhada o
256 município possui uma instrução normativa onde a Secretaria Municipal de
257 Planejamento, Orçamento e Gestão estabeleceu as diretrizes e os procedimentos para
258 o processo de gestão do PNAE no âmbito das secretarias envolvidas. Sobre o orçamento
259 a previsão para 2024, foi de mais de R\$88 milhões, sendo cerca de R\$43 milhões do
260 FNDE e do município cerca de R\$45 milhões. Adilana citou que esse orçamento foi
261 aumentando gradativamente desde 2018, e que atualmente a contrapartida do
262 município é superior ao investimento federal. Outro ponto interessante é a compra
263 direta realizada pelas escolas, a fim de garantir maior qualidade desses produtos,
264 principalmente, em face da perecibilidade ou de alguma especificidade. Dentre os

265 desafios citou as compras da agricultura familiar do ponto de vista do volume de
266 aquisição e a logística de distribuição dos alimentos. Para superar esses desafios, Belo
267 Horizonte criou um comitê gestor de compras da agricultura familiar formado por
268 membros da Emater local e pelo Sebrae. Essa estratégia tem sido fundamental para o
269 avanço no percentual de compras da agricultura familiar. Outro desafio enfrentado em
270 2022 foi a não execução do percentual mínimo de 30% para aquisição de gêneros
271 alimentícios da agricultura familiar devido à perda das licitações. Nesse sentido,
272 considerou ser importante que as cooperativas e associações de agricultores familiares
273 consigam se organizar para atender grandes municípios. Esse desafio tem sido superado
274 por meio de um diálogo intersetorial com agendas regulares de formação e capacitação
275 de cooperativas e agricultores, principalmente com relação à formação de preços e
276 logística. Em relação a estrutura organizacional da Secretaria, informou que a gerência
277 de alimentação escolar, estaria dentro de uma diretoria de assistência alimentar,
278 responsável pela execução técnica do programa. Quanto aos profissionais,
279 complementou que Belo Horizonte contaria com 75 profissionais nutricionistas no
280 quadro técnico, desses profissionais, 55 fariam trabalho de supervisão *in loco*, com
281 visitas semanais às unidades. A Subsecretaria de Planejamento e Gestão, possui uma
282 interface importante com o centro de referência em segurança alimentar e nutricional,
283 no âmbito da qualificação profissional e também das ações de educação alimentar e
284 nutricional. Citou, ainda, o Sistema de Gestão da Assistência Alimentar com
285 funcionalidades desde a modernização de gestão, cadastro das unidades, cadastro dos
286 alimentos, cardápios e fichas técnicas, contratos, ou seja, todo o planejamento que
287 envolve o programa, compras, comunicação com fornecedores, programação de
288 fornecimento e execução final com recebimento e armazenamento dos alimentos, a
289 produção das refeições, registro de indicadores de qualidade, consumo e desperdício.
290 Todo o trabalho supracitado demanda um sistema e um processo mais automatizado de
291 gestão para execução do programa de forma eficiente e transparente. Algumas
292 funcionalidades do programa ainda estão em desenvolvimento. Adilana sugeriu ao FNDE
293 a criação de um sistema universal para todos os municípios, garantindo a execução do
294 programa de forma mais automatizada e transparente. Outro trabalho importante
295 executado em BH que foi lembrado se refere ao incentivo ao aleitamento materno na
296 educação infantil junto com a Secretaria Municipal de Saúde. Também teriam
297 desenvolvido uma parceria com a Universidade através de um grupo de pesquisa que
298 envolve professores e profissionais da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
299 Ademais, haveria um encontro anual de gestores escolares, para escuta, e orientação,
300 que aborda questões de legislação, apresenta documentos orientadores, com todo o
301 detalhamento da execução para facilitar a interlocução. Além disso, foi abordado
302 competências e responsabilidades dos atores, de modo que cada um, se sentisse
303 pertencente e corresponsável. Adilana finalizou sua fala apresentando fotos de ações
304 de Educação Alimentar e Nutricional realizadas pela equipe. Todos esses conteúdos
305 podem ser encontrados no site da prefeitura municipal de Belo Horizonte. Vanessa
306 Schottz agradeceu Adilana e enfatizou a importância de ouvir a experiência de uma
307 capital com gestão própria, em um momento que o programa enfrenta o desafio da
308 terceirização. Posteriormente, convidou a presidente do Fundo Nacional para o

309 Desenvolvimento da Educação, Fernanda Pacobahyba para fazer sua fala. Fernanda
310 Pacobahyba agradeceu o convite e parabenizou as falas anteriores. Trouxe uma fala do
311 senhor Ministro Camilo Santana, o qual não pôde estar presente, sobre a importância
312 do PNAE como uma política fundamental. A alimentação escolar tem caráter
313 estruturante e fundamental para que o direito à educação também possa se erigir.
314 Fernanda Pacobahyba deu sequência apresentando a atividade “FNDE Chegando
315 Junto”, e citou a Constituição Federal, a qual faz uma conexão para os chamados
316 programas suplementares, os quais estruturariam ou fariam com que a educação
317 pudesse ser estruturada. Dentre eles, a alimentação escolar, o transporte escolar e a
318 assistência à saúde. No próximo ano, o Programa Nacional de Alimentação Escolar irá
319 completar 70 anos, destaca sua longevidade e sua conexão com a educação, de modo
320 que permite com que a educação aconteça. Fernanda Pacobahyba levantou a discussão
321 sobre o custo de manutenção de cada criança conforme seu contexto e necessidade, um
322 dado inexistente no PNAE. Atualmente, a conta é feita pelo número de alunos e
323 orçamento. Estudos profundos no âmbito do FNDE têm sido feitos com parceiros
324 internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e
325 Alimentação) e o PMA (Programa Mundial de Alimentos), além de grupos técnicos. A
326 presidente comentou sobre sua experiência na Secretaria de Fazenda do Estado do
327 Ceará, em relação a necessidade de estruturar todos os sistemas SIAFI (Sistema
328 Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), orçamentos públicos, para
329 que os identificadores desses gastos possam ser visualizados. Atualmente não é possível
330 identificar os orçamentos municipais, a exemplo de qual foi o aporte para a alimentação
331 escolar, visto que aparecem diferentes rubricas e denominações, o que seria regra
332 básica de responsabilização e prestação de contas, para o financiamento. Isso seria uma
333 das fragilidades do programa, uma vez que, toda gestão deve ser baseada em dados. No
334 tocante ao financiamento, é necessário ter em mente qual é a parcela do município e
335 do estado, e por isso, a necessidade de ter regras e o *accountability*, para que não sejam
336 utilizadas as brechas. Com relação à estrutura, ainda há o desafio para se ter cozinhas e
337 refeitórios melhor estruturados. Quanto a prestação de contas, o FNDE hoje é o órgão
338 da República que mais possui prestações de contas a serem analisadas. O FNDE trabalha
339 junto ao Tribunal de Contas da União, para desenvolver uma ferramenta de
340 acompanhamento e monitoramento das unidades executoras em tempo real. Fernanda
341 Pacobahyba citou a Resolução nº07 publicada em 2 maio de 2024, a qual trata da
342 plataforma BB Gestão Ágil, para monitoramento em tempo real, por toda a sociedade,
343 da execução dos recursos repassados pelo FNDE. Ainda existem desafios enfrentados
344 pelo FNDE, especialmente no que se refere a processos administrativos e o julgamento
345 do Supremo Tribunal Federal sobre a prescrição desses processos. Foi destacado que o
346 FNDE ainda enfrenta questões que precisam ser resolvidas para garantir uma gestão
347 mais profissional e eficiente. A importância de acompanhar de forma adequada o
348 montante financeiro disponível foi enfatizada, considerando que, embora não seja
349 suficiente, é um recurso considerável e vital para o programa. Fernanda Pacobahyba
350 destacou que o PNAE é crucial tanto no contexto brasileiro quanto internacionalmente.
351 Elogiou o esforço do presidente Lula em liderar uma aliança global contra a fome,
352 enfatizando a desonra que é ver bilhões de pessoas passando fome em um mundo com

353 tanto desenvolvimento intelectual e estrutural. O programa é visto como uma vitrine
354 internacional, servindo como motivação para o processo interno do Brasil. A
355 colaboração com a FAO foi mencionada como uma oportunidade significativa para
356 promover o programa e suas ações. Discutiu-se a expansão da rede de alimentação
357 escolar sustentável na América Latina e Caribe, destacando a necessidade de
358 formalização e avaliação dos parceiros envolvidos. Reconheceu-se que não é viável
359 tratar todos os países de forma igual, devido às diferentes realidades e desafios que cada
360 um enfrenta. Um dos principais desafios identificados no Programa Nacional de
361 Alimentação Escolar (PNAE) é lidar com as assimetrias federativas, onde alguns entes
362 executam bem e garantem alimentação de qualidade, enquanto outros têm
363 dificuldades, resultando em crianças passando fome, mesmo com recursos disponíveis.
364 A atual abordagem do governo federal, que utiliza uma única régua para tratar os
365 diferentes entes, foi criticada. É necessário um novo olhar sobre a execução dos
366 recursos, evitando que valores permaneçam parados nas contas. Foi mencionado que
367 iniciativas em andamento buscam construir perspectivas. O caso do estado do Amapá,
368 que apresenta o pior IDEB do Brasil, e a região do Marajó, no Pará, foi citado como
369 exemplo de necessidade de intervenção intensiva, incluindo suporte direto para
370 estruturar as políticas de alimentação escolar. Foi enfatizado que o governo federal não
371 pode se limitar a uma visão isolada de Brasília, é fundamental que haja uma presença
372 ativa nas regiões que enfrentam dificuldades. A importância de dados sobre a execução
373 dos programas foi ressaltada, permitindo identificar quem está cumprindo as metas e
374 quem não está, a fim de tomar medidas mais efetivas. Por fim, Fernanda Pacobahyba se
375 colocou à disposição para debater outros assuntos ao longo da manhã e agradeceu a
376 presença de todos. Vanessa Schottz direcionou seus agradecimentos a Fernanda
377 Pacobahyba pela mesa rica em reflexões e questões relevantes para a plenária.
378 Destacou-se a longa trajetória do PNAE, que completará 70 anos, ressaltando sua
379 origem como uma campanha até sua evolução para um programa estruturado com
380 diretrizes e princípios vinculados à segurança alimentar. Foi feita uma menção especial
381 a Alba e Iliene, que também contribuíram significativamente para a história do PNAE. A
382 mesa apresentou diversos desafios e potencialidades decorrentes das experiências
383 vividas. Entre os desafios mencionados, destaca-se, (1) a gestão em metrópoles, com
384 ênfase na experiência de Belo Horizonte (BH), (2) a questão das devoluções de recursos
385 federais por municípios, levantando a necessidade de estratégias para enfrentar essa
386 situação. A potencialidade de articular o PNAE com a Política Nacional de
387 Abastecimentos foi discutida, especialmente no contexto da implementação da Central
388 de Apoio à Agricultura Familiar e Urbana (CAFA) em BH. A importância do financiamento
389 foi enfatizada, com a necessidade de avançar na luta por um dispositivo automático de
390 reajuste do PNAE. Foi destacado o papel do Conselho de Alimentação Escolar no
391 monitoramento do PNAE, além dos desafios em relação à autonomia e estrutura do
392 conselho. A experiência de BH na formação de um comitê de compras foi mencionada
393 como um marco na participação social. Relembrou-se a criação do Comitê Consultivo do
394 PNAE em 2010, sua extinção em 2019 e a retomada em 2023, ressaltando sua
395 importância como espaço de escuta da sociedade civil. Foi anunciada a realização de
396 uma mesa sobre povos indígenas e comunidades tradicionais em momento posterior da

397 programação. As inscrições para intervenções foram abertas, com a orientação de que
398 os interessados se dirigessem à frente. O conselheiro Dourado cumprimentou a todos,
399 solicitando licença à presidente do Consea, Elisabetta Recine, para cumprimentar a
400 mesa, destacando a importância da presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba, como a
401 primeira mulher a assumir a Secretaria da Fazenda do Ceará. Dourado compartilhou sua
402 experiência de mais de 10 anos no Consea, mencionando os quatro anos de inatividade
403 devido à extinção dos Conselhos da sociedade civil, ressaltando a importância de
404 continuar a história e a luta pela voz dos conselhos. Ele abordou a necessidade de
405 desburocratizar as compras da agricultura familiar e indígena, enfatizando a importância
406 de simplificar os processos para promover a inclusão e o protagonismo dos povos
407 indígenas. Também destacou a criação do ministério dos Povos Indígenas pelo
408 presidente Lula e a Secretaria dos Povos Indígenas no Ceará, enfatizando o compromisso
409 dos líderes em apoiar a causa indígena. Ele pediu mais recursos e estruturação para a
410 agricultura indígena. Foi salientada a necessidade de capacitar técnicos indígenas para
411 a gestão de recursos e a importância da sabedoria ancestral no desenvolvimento de
412 políticas públicas. Dourado sugeriu que a presidente do FNDE conversasse com Janaína,
413 autora de uma lei relevante, e que o Consea participasse ativamente das discussões
414 sobre as mudanças necessárias. Vanessa Schottz informou que, devido ao grande
415 volume de inscritos, cada participante teria 2 minutos para sua fala e lembrou que as
416 Comissões Permanentes continuariam a discutir sobre o PNAE nos dois dias da Plenária.
417 A senhora Rita, presidente do Consea Estadual de Santa Catarina, cumprimentou a mesa
418 e a plenária. A conselheira destacou que Santa Catarina não cumpriu os 30% de
419 aquisição até o momento, mencionando a falta de dados precisos sobre a rede estadual
420 e municipal. Relatou dificuldades enfrentadas por municípios do norte e sul de Santa
421 Catarina, onde a chamada pública está sendo direcionada para pregão eletrônico,
422 contrariando a legislação que deveria ser seguida. Enfatizou que agricultores não têm
423 acesso fácil a esse sistema, necessitando de recursos para participar. Ela sugeriu que o
424 FNDE envie orientações aos municípios sobre a questão do retrocesso na utilização de
425 pregões eletrônicos. A conselheira informou sobre um documento enviado ao Consea
426 Nacional, destacando a existência de uma Lei em Santa Catarina que regula cantinas
427 escolares, propondo a proibição de alimentos ultraprocessados, exceto bebidas
428 alcoólicas. Enfatizou também a importância de um manifesto que foi encaminhado ao
429 Consea e solicitou que o Consea Nacional se manifeste sobre o documento enviado, que
430 está disponível no site do Consea, e que as entidades e pessoas também se manifestem.
431 Ela mencionou que a alimentação escolar não está sendo cumprida conforme o cardápio
432 estabelecido e que discutirá mais sobre o assunto à tarde. A conselheira senhora
433 Carivalda Souza, representante da etnia cigana e do estado de Sergipe, cumprimentou
434 a todos e apresentou sua posição na presidência do Consea Estadual e no Instituto
435 Cigano do Brasil. A conselheira reforçou a necessidade de desburocratizar os editais e
436 parabenizou a plenária pela discussão de um tema tão relevante, especialmente
437 considerando que Sergipe está no mapa da fome. Ela destacou a importância de
438 conhecer não apenas os agricultores, mas também os produtos disponíveis,
439 mencionando preocupações específicas do estado de Sergipe. Sugeriu que futuras
440 mesas incluam experiências de outros estados, a fim de compartilhar conhecimentos e
441 boas práticas. Comentou sobre as dificuldades enfrentadas pelos conselheiros, como a
442 falta de equipamentos e a dependência de transporte fornecido pelos governantes.

443 Alertou sobre o uso de produtos nocivos na agricultura, como venenos, e a necessidade
444 de um reforço maior nas fiscalizações. Solicitou que haja um reforço na presença dos
445 Consea em estados que implementam políticas como cozinhas solidárias e segurança
446 alimentar, incentivando a participação das entidades e municípios. Por fim, agradeceu a
447 oportunidade de se manifestar e pela atenção recebida. Vanessa Schottz informou que,
448 após a fala de Írio, as inscrições para intervenções seriam encerradas, destacando a
449 presença da conselheira Kota antes de Thainá na lista de inscritos. O conselheiro Írio
450 Conti, especialista em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e integrante do Consea
451 em Recife, parabenizou a mesa pela diversidade de abordagens sobre o programa.
452 Senhor Írio levantou duas perguntas importantes direcionadas a presidente do FNDE
453 Fernanda Pacobahyba. Ele questionou sobre a possibilidade de criar mecanismos que
454 incentivem municípios e estados que investem recursos locais no PNAE, visando
455 fortalecer esses esforços e encorajar outros a adotarem práticas semelhantes. Também
456 indagou sobre a possibilidade de implementar algum grau de regionalização no *per*
457 *capita* do programa, considerando as diferenças nas realidades de compras entre
458 regiões, como a Amazônia e outros estados. Írio expressou a percepção de fragilidade
459 nas apresentações e questionou como o PNAE pode retroalimentar o Sistema Nacional
460 de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e vice-versa, enfatizando a importância de
461 evitar a sobreposição de programas e promover uma interação eficaz entre eles. A
462 senhora Najla Veloso, representante da Cooperação Internacional Brasil/FAO, deu boas-
463 vindas a todos e destacou sua experiência em alimentação escolar desde 2009. Najla
464 enfatizou a relevância da Lei 11.947, reconhecendo-a como uma iniciativa do presidente
465 Lula e ressaltando o papel do Consea como madrinha da Lei ao longo dos anos. Ela
466 mencionou a importância do fórum para discutir a construção de uma política nacional
467 de alimentação escolar, que inclua indicadores de resultado, monitoramento e
468 responsabilidade. Najla informou que países da América Latina e Caribe estão aderindo
469 à rede de alimentação escolar sustentável, promovendo uma agenda regional que
470 vincula o programa de alimentação escolar às mudanças climáticas e à sustentabilidade.
471 A representante elogiou a capilaridade da FAO e o trabalho do FNDE, especialmente
472 durante a pandemia, ressaltando a resistência e a continuidade dos esforços na área de
473 alimentação escolar. Vanessa Schottz agradeceu a Najla pela contribuição,
474 reconhecendo a importância do PNAE e sua resistência ao longo dos anos. A senhora
475 Maluh Barciotte, representante da Rebrinc e suplente do Idec, agradeceu a
476 oportunidade de participar e elogiou a riqueza das discussões na mesa. Ela mencionou
477 um projeto de capacitação na gestão Haddad, chamado "Educação além do prato".
478 Destacou a questão das "duas filas" nas escolas, onde crianças jogavam fora alimentos
479 antes de experimentá-los, enfatizando a necessidade de capacitação dos educadores e
480 do monitoramento dos resíduos. A senhora Débora parabenizou as falas anteriores e
481 compartilhou sua experiência com cooperativas e o PNAE. Ela criticou a ideia de que a
482 agricultura familiar não consegue atender ao PNAE, sugerindo que a gestão não se
483 coloca à disposição dos pequenos agricultores. Destacou também a precarização do
484 trabalho das merendeiras e a falta de nutricionistas nas escolas, apontando a
485 necessidade de condições adequadas para que a agricultura familiar participe do
486 programa. Senhor Nelson Arns Neumann trouxe à tona a necessidade de mecanismos
487 de acompanhamento das compras e sugeriu que o FNDE utilize trilhas de análise de
488 notas fiscais para facilitar a supervisão. Ele questionou sobre a existência de sistemas
489 informatizados para acompanhamento nutricional nas escolas e sugeriu que a

490 agricultura familiar forneça alimentos já preparados para facilitar o trabalho nas
491 cozinhas. Kota Mulanji, representante do Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania
492 Alimentar, iniciou sua fala citando a mais velha Vera Soares, enfatizando a importância
493 de uma política com 70 anos de existência e a necessidade de cuidado em sua
494 abordagem. Ela destacou a relevância da inclusão dos povos e comunidades tradicionais,
495 como indígenas, quilombolas e de matriz africana, no desenvolvimento de políticas
496 públicas. A conselheira Kota sugeriu que espaços como terreiros poderiam ser utilizados
497 para promover uma alimentação saudável e antirracista, ressaltando a necessidade de
498 uma verdadeira inclusão e capitalização desses grupos. Ela também mencionou a
499 importância do ajuste aos calendários de aquisição e expressou preocupações em
500 relação ao PL 3.002, questionando se o Congresso estaria preparado para negociar sem
501 colocar em risco uma política tão significativa como o PNAE. A conselheira Tainá
502 Marajoara, representante do povo Aruã Marajoara, trouxe à tona a realidade do seu
503 povo no Pará, destacando o baixo IDH da região. Ela enfatizou a importância de um
504 diálogo efetivo sobre o Projeto de Lei (PL) que deve ser discutida, garantindo que as
505 vozes de diversos povos e comunidades, incluindo originários e de matriz africana, sejam
506 ouvidas. Tainá ressaltou que a criminalização de produtos tradicionais, como farinhas e
507 pimentas, impede um verdadeiro avanço em programas que buscam inclusão e respeito
508 à diversidade. Ela pediu uma revisão que garanta preços justos nas compras e um
509 diálogo profundo com as culturas alimentares e seus guardiões, reconhecendo o
510 conhecimento ancestral presente nessas comunidades. O conselheiro Ubiraci Dantas
511 destacou a importância do PNAE, ressaltando que, para muitas crianças, ele é uma fonte
512 vital de alimentação, substituindo a falta de comida em casa. Ele apontou que o
513 problema vai além da burocracia, envolvendo a escassez de recursos. Ubiraci criticou a
514 destinação de verbas públicas, enfatizando que, enquanto 1,73 trilhões foram alocados
515 para bancos, apenas "migalhas" são destinadas ao povo. Ele defendeu um apoio do
516 Consea à luta pela redução das taxas de juros e pelo aumento do investimento público,
517 argumentando que é fundamental enfrentar a raiz do problema, que, segundo ele,
518 reside na gestão financeira atual que prioriza os bancos em detrimento do
519 desenvolvimento social e econômico do Brasil. A conselheira Norma Alberto, presidente
520 do Consea Estadual do Piauí, começou agradecendo a oportunidade de participar e
521 parabenizando a mesa pelo debate e pelos 70 anos do PNAE. Ela ressaltou o papel do
522 Consea e de gestoras comprometidas no crescimento do programa. Norma
523 compartilhou dados alarmantes do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, revelando
524 que em 2023, mais de 85% das escolas não cumpriam o mínimo de alimentos básicos e
525 mais de 80% ofereciam produtos ultraprocessados. Além disso, destacou que muitas
526 escolas não possuem refeitórios adequados, obrigando crianças a comer no chão, e que
527 faltam pias para higienização. Ela enfatizou a necessidade de mecanismos que protejam
528 os agricultores familiares, pois menos de 20% das escolas atendem aos 30% de aquisição
529 da agricultura familiar. Norma também abordou a importância de incluir no cardápio as
530 necessidades alimentares especiais das crianças e expressou a preocupação com a
531 privatização das escolas, defendendo um modelo semelhante ao de Belo Horizonte. A
532 senhora Juliana, representando o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar
533 e Nutricional, iniciou sua fala ressaltando a importância de discutir o PNAE na plenária.
534 Ela destacou que o PNAE é uma política pública bem-sucedida, fundamental para a
535 segurança alimentar e nutricional e que serve de inspiração para outras políticas. Ela
536 enfatizou que a experiência de Belo Horizonte é um exemplo de como as trabalhadoras

537 e trabalhadores do PNAE, assim como os Conselhos de Alimentação Escolar,
538 desempenham um papel crucial na sustentação e defesa da política. Afirmou que o
539 PNAE deve ser monitorado atentamente, especialmente em relação a projetos de lei e
540 tramitações que podem afetar sua eficácia. Ela concluiu pedindo um aumento *do per*
541 *capita*, mas reconhecendo a importância do volume de recursos já disponíveis para o
542 PNAE. Vanessa Schottz agradeceu a Juliana pelas contribuições e informou que abrirá
543 espaço para colaborações na mesa seguinte, para aqueles que não conseguiram se
544 inscrever. Vanessa Schottz passou a palavra para Mariana Santarelli, solicitando que ela
545 limitasse sua fala a dois minutos para permitir mais tempo para Fernanda responder às
546 questões levantadas. A conselheira, senhora Mariana Santarelli destacou alguns pontos
547 das falas dos demais conselheiros. Citou o conselheiro Dourado, que destacou a
548 necessidade de sair da burocracia, recebendo reforço de uma colega cigana de Sergipe.
549 Citou a conselheira Débora, que destacou que o PNAE não se coloca à disposição da
550 agricultura familiar, gerando aplausos. A conselheira Tainá abordou a criminalização dos
551 produtos e processos de comunidades tradicionais. Concluindo, as intervenções indicam
552 uma dificuldade em considerar as especificidades de povos indígenas, quilombolas e
553 comunidades tradicionais no PNAE, evidenciando a necessidade de uma abordagem
554 mais séria. Foi lembrado que no início do governo, foi reinstituído o grupo consultivo do
555 PNAE, onde um grupo de trabalho foi criado para tratar de povos e comunidades
556 tradicionais. Esse grupo teve discussões significativas sobre a utilização do NIS e
557 vigilância sanitária, mas não houve novas reuniões desde então. O Observatório da
558 Alimentação Escolar organizou um encontro com povos e comunidades tradicionais,
559 resultando em uma carta de reivindicações. É importante retomar as reuniões do grupo
560 de trabalho sobre comunidades tradicionais e promover discussões contínuas sobre a
561 inclusão de povos indígenas e quilombolas no PNAE. Mariana Santarelli comentou que
562 é essencial a revisão da Resolução 06, que regulamenta o PNAE, ocorra com participação
563 social, incluindo um capítulo específico para a adequação às realidades de povos
564 indígenas e comunidades tradicionais. A dificuldade em determinar o custo de um prato
565 de alimentos é um desafio. Apesar dos esforços do PMA e do FNDE, ainda não houve
566 avanços significativos. Diante da alta inflação, sugere-se a criação de um reajuste
567 automático anual do PNAE com base no IPCA para alimentos e bebidas, facilitando a
568 manutenção do valor *per capita*. Existe um consenso em torno de três projetos de lei
569 similares tramitando no Senado e outros na Câmara, indicando uma oportunidade
570 imediata para abordar o subfinanciamento do PNAE. Considerar a proposta de
571 indexação automática anual para o PNAE como estratégia de solução imediata. Senhor
572 José da Cruz dos Santos, Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de
573 Pernambuco, relatou que a falta de uma Resolução que clarifique a obrigatoriedade do
574 uso de no mínimo 30% da agricultura familiar nos PNAE tem gerado confusões. É
575 necessário criar um grupo para mapear cooperativas e pequenos agricultores,
576 garantindo que eles tenham a oportunidade de participar das licitações, no entanto, há
577 uma preocupação com a representação nas licitações, onde pequenos agricultores são
578 frequentemente deixados de lado em favor de cooperativas com mais associados.
579 Reprogramar ou devolver recursos destinados à alimentação escolar é considerado
580 irresponsável, especialmente com tantas crianças e agricultores necessitando de apoio.
581 É fundamental estabelecer uma rede de denúncias e monitoramento para garantir que
582 os produtos comprados sejam realmente da agricultura familiar. A promoção de
583 produtos frescos e locais pode melhorar a qualidade da alimentação escolar e beneficiar

584 a saúde das crianças, reduzindo custos hospitalares. Defende a necessidade de
585 desburocratização e construção de normativas que garantam a qualidade dos alimentos,
586 integrando educação e saúde de forma coesa. Por fim, propôs a criação de um grupo de
587 trabalho para fortalecer a agricultura familiar no PNAE e melhorar a gestão dos recursos.
588 Senhora, Adilana Alcântara, Gerente de Alimentação Escolar da Subsecretaria de
589 Segurança Alimentar/BH, reconheceu que o número de nutricionistas nas unidades
590 escolares é insuficiente, com Belo Horizonte contando com um supervisor de
591 alimentação para cada 11 escolas, o que limita o acompanhamento. Mencionou a
592 importância da formação de gestores e manipuladores de alimentos, além de
593 documentos orientadores e um sistema informatizado para monitoramento. Reiterou a
594 possibilidade de superar desafios por meio do diálogo entre o poder público e
595 agricultores, citando a central de armazenamento de alimentos que facilita a
596 distribuição dos produtos da agricultura familiar. Enfatizou as dificuldades logísticas
597 devido à ausência de área rural e a necessidade de comprar de cidades vizinhas, mas
598 destacou parcerias com a Emater e Sebrae para melhorar essa situação. Ela também
599 descreveu a entrega direta de hortifrutigranjeiros, utilizando chamadas públicas por
600 grupos regionais para concentrar o fornecimento, e citou a nova resolução que altera a
601 prestação de contas do PNAE que reduzirá as reprogramações orçamentárias,
602 especialmente com a diminuição do número de repasses de 10 para 8, facilitando a
603 execução orçamentária. Por fim, agradeceu a oportunidade de compartilhar a
604 experiência e se colocou à disposição para mais diálogos e considerou as experiências
605 apresentadas como modelos para outras localidades. Vanessa Schottz compartilhou sua
606 preocupação em relação à consulta pública da Anvisa sobre a nova Resolução que
607 tratará da classificação de risco de alimentos, que incorpora a RDC 49, considerada
608 fundamental. O desejo seria de que o processo de consulta pública seja efetivamente
609 participativo, garantindo a proteção e relevância da RDC 49. A questão sanitária foi
610 ressaltada como central na compra de produtos da agricultura familiar, tornando a
611 incidência do FNDE sobre a Anvisa um ponto crucial para resguardar a abordagem
612 diferenciada dos produtos de base familiar e tradicionais. Sugeriu que a senhora
613 Fernanda Pacobahyba e a equipe façam um diálogo com a Anvisa para reforçar essas
614 preocupações e a importância da RDC 49. Fernanda Pacobahyba convidou todos os
615 membros do Consea para o evento nacional da alimentação escolar que ocorrerá nos
616 dias 12 e 13 de novembro. Esse evento, que não acontece há quase 10 anos, abordará
617 o tema “Por uma política brasileira de alimentação escolar”. Ela destacou que a política
618 brasileira de alimentação escolar é fundamental e que a construção de uma base sólida
619 para o programa é necessária. Fernanda Pacobahyba mencionou a recente publicação
620 de uma nota técnica que desobriga a utilização da DAP em favor do NIS (Número de
621 Identificação Sociais) do vendedor, representando um avanço na desburocratização. Foi
622 apresentado o exemplo do município de Afuá, onde cada escola já possui uma
623 processadora de açaí, evidenciando a necessidade de validação dessa prática por meio
624 de normatização específica. A importância do açaí para a região norte foi ressaltada,
625 assim como a crítica à percepção negativa em relação ao seu consumo. Foi discutido que
626 o desafio não reside apenas na preparação do agricultor familiar para o PNAE, mas
627 também na adequação do PNAE para com o agricultor familiar. A fala enfatizou que não
628 se pode generalizar as dificuldades enfrentadas por diferentes regiões do Brasil,
629 reconhecendo a diversidade e a complexidade do território nacional. A necessidade de
630 uma abordagem mais específica e menos generalista foi destacada, enfatizando que

631 tanto a agricultura familiar quanto o PNAE têm suas responsabilidades. A importância
632 de um plano de ação com prazos definidos para mudanças foi reforçada. Foi abordado
633 que a alimentação escolar deve ser considerada um requisito fundamental para a
634 educação, e não apenas um programa suplementar. A proposta de que gastos com
635 alimentação escolar sejam computados nos 25% obrigatórios destinados à educação foi
636 apresentada como uma solução para incentivar prefeitos a investir mais nesse setor. A
637 criação de um Conselho Nacional de Alimentação Escolar foi discutida como uma
638 medida necessária para institucionalizar e dar suporte ao acompanhamento da
639 alimentação escolar nas diversas esferas. Ela concluiu com a convocação para uma
640 reflexão sobre a responsabilização coletiva em relação ao PNAE e a importância da
641 regionalização e retroalimentação, reconhecendo que o sistema atual carece de dados
642 para melhor acompanhamento e gestão. Fernanda Pacobahyba complementou que,
643 apesar da transparência sobre os recursos destinados à alimentação escolar no SIAFI,
644 não há clareza sobre como esses valores são utilizados nos municípios. A verba muitas
645 vezes se integra a uma rubrica administrativa, dificultando o rastreamento e a
646 responsabilidade sobre os gastos. A necessidade de um sistema nacional unificado de
647 compras para a agricultura familiar foi enfatizada. A proposta envolve a criação de um
648 arcabouço específico para a licitação que respeite as peculiaridades desse segmento,
649 em contraste com as normas gerais que se aplicam a grandes empreiteiras. Foi discutido
650 o desafio da aplicação das sanções para aqueles que não cumprem os 30% de compras
651 da agricultura familiar. Fernanda Pacobahyba ressaltou que a punição não deve ser
652 aplicada de maneira automática, considerando as realidades locais e as razões que
653 levam à não conformidade, especialmente em comunidades que mais necessitam de
654 apoio. A complexidade da nota fiscal eletrônica e os desafios para o cálculo dos 30%
655 foram abordados. A presidente destacou a variedade de descrições e a falta de
656 padronização, que dificultam o entendimento e a análise dos dados, reforçando a
657 necessidade de uma abordagem mais técnica e estruturada e solicitou o apoio do
658 Observatório e dos membros do Consea para explorar as realidades locais e desenvolver
659 planos de ação que promovam o diálogo e a inclusão, ao invés de penalizar de forma
660 indiscriminada. Vanessa Schottz agradeceu a todos os presentes na mesa e passou a
661 palavra para a presidente do Consea, senhora Elisabetta Recine. A presidente do Consea
662 agradeceu a presença de todos, especialmente Fernanda Pacobahyba, e enfatizou a
663 importância das experiências compartilhadas na mesa anterior, destacando que muitas
664 outras iniciativas também podem contribuir para aprimorar o Programa Nacional de
665 Alimentação Escolar (PNAE). Ela reconheceu as falas de Débora e Fernanda, que
666 abordaram a preparação tanto do PNAE para a agricultura familiar quanto da agricultura
667 familiar para o PNAE, ressaltando a complexidade e a diversidade que envolvem essas
668 questões. A Presidenta comentou sobre a burocracia, afirmando que ela tende a não se
669 adaptar à diversidade e complexidade das realidades locais. Destacou que a decisão de
670 destinar 30% das compras para a agricultura familiar foi um marco significativo,
671 promovendo mudanças não apenas na agricultura, mas também na burocracia que
672 envolve o programa. Após os comentários, a Presidenta falou sobre a segunda mesa que
673 abordou o desafio do acesso dos povos indígenas e das comunidades tradicionais ao
674 PNAE. Elisabetta Recine sublinhou a relevância desse tema, destacando que o mundo
675 observa as experiências do PNAE, que não só é extenso, mas também traz à tona
676 desafios superáveis, e trouxe à tona a discussão sobre o novo PL relacionado à
677 alimentação escolar, expressando que o Consea não é contra a implementação de uma

678 política de alimentação escolar, mas se preocupa com a pertinência e o *timing* desse PL
679 no atual cenário do Congresso. Mencionou a necessidade de uma análise cuidadosa das
680 possíveis consequências das negociações políticas que podem ocorrer em torno desse
681 projeto. Por fim, a Presidenta convidou Edgar Moura para coordenar a segunda mesa e
682 propôs que os palestrantes reduzissem seu tempo de fala de 15 para 10 minutos,
683 visando permitir um espaço para a participação da plenária antes do encerramento da
684 manhã. **Ponto de Pauta: Por uma abordagem antirracista para os desafios e**
685 **potencialidades da participação da População Negra, Povos Indígenas e Povos e**
686 **Comunidades Tradicionais no PNAE.** A fala foi iniciada pelo moderador e conselheiro
687 Edgard Aparecido, que deu boas-vindas a todos os presentes, destacando a importância
688 do debate e mencionou o impacto do PNAE na vida dos brasileiros, ressaltando que o
689 programa foi crucial durante a pandemia, atendendo mais de 40 milhões de estudantes.
690 Este esforço foi essencial em um período em que muitos alunos enfrentaram
691 dificuldades alimentares devido ao fechamento das escolas. Foi expressa gratidão a
692 Sineide e Bruno, que contribuíram significativamente para as ações do PNAE em um
693 contexto governamental desafiador, além de outras pessoas que ajudaram a engajar
694 comunidades indígenas e tradicionais. O conselheiro apresentou todos os participantes
695 do debate, sendo eles, Jorge Henrique - Presidente da Associação da Comunidade Negra
696 Rural Quilombola, São Miguel, Mato Grosso do Sul (MS), Eliete Cunha Damião -
697 Associação de Pescadoras e Pescadores de Remanso, Márcio Menezes – Catrapovos,
698 Daniel Bandoni - Coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional, Coordenação-
699 Geral do PNAE, Tereza Campello - BNDES (presença online). O primeiro a proferir a fala
700 foi senhor Jorge Henrique (Presidente da Associação da Comunidade Negra Rural
701 Quilombola/MS). Senhor Jorge Henrique compartilhou sua experiência na comunidade
702 quilombola de São Miguel, localizada na Serra de Maracaju, que enfrenta desafios
703 devido a incêndios na região. Ele destacou a recente produção do “macarrão
704 quilombola”, que foi entregue à merenda escolar, ressaltando a importância de
705 diversificar os produtos e o esforço coletivo da comunidade. A pandemia dificultou a
706 venda de produtos devido ao fechamento das escolas. A iniciativa de criar kits de
707 merenda para as famílias foi um marco, permitindo a entrega de alimentos frescos às
708 crianças em casa. A equipe da comunidade trabalhou em parceria com merendeiras
709 para adaptar produtos, como mandioca e abóbora, para facilitar o preparo. O
710 envolvimento de mulheres na produção foi destacado, com muitas alcançando valores
711 significativos em suas DAPs. A comunidade trabalhou com a vigilância sanitária para
712 adequar suas cozinhas e iniciar a produção de macarrão. Foram feitos vários testes até
713 que o produto atendesse aos padrões necessários para a entrega. Um desafio
714 importante foi a documentação para a entrega de produtos. Senhor Jorge enfatizou a
715 necessidade de capacitar jovens da comunidade para a emissão de notas fiscais. A
716 intenção de entrar em programas de agricultura familiar foi mencionada, com foco na
717 necessidade de tecnologia moderna. A comunidade adquiriu maquinário para melhorar
718 a produção e está em processo de construção de estufas para cultivo hidropônico,
719 visando contornar problemas hídricos devido à seca severa enfrentada na região.
720 Senhor Jorge continuou seu relato sobre a comunidade quilombola de São Miguel,
721 enfatizando a criação do portal “Descubra Maracaju”, desenvolvido pela prefeitura, que
722 promove a história e os produtos locais. Ele incentivou a inclusão da comunidade no
723 portal para aumentar a visibilidade e as vendas dos produtos, e solicitou a inclusão de
724 sua comunidade, permitindo que as pessoas conheçam a história local e adquiram

725 produtos frescos como farinha, polvilho, rapadura e melado. A comunidade atende 18
726 escolas e 12 creches, além de 5 projetos voltados para crianças em situação de
727 vulnerabilidade em Maracaju. Ele ressaltou a transformação de Maracaju em um polo
728 de agricultura familiar, destacando o potencial local. Senhor Jorge anunciou uma
729 reunião marcada para o dia 28, onde 10 prefeituras da região sul de Mato Grosso do Sul
730 irão conhecer o trabalho da comunidade e suas produções. A importância de levar as
731 prefeituras até as comunidades para facilitar a compra de produtos locais foi enfatizada.
732 Ele finalizou seu relato ressaltando a necessidade de pressionar os gestores para
733 reconhecer e valorizar os agricultores tradicionais e familiares, que garantem qualidade
734 nas merendas escolares, impactando diretamente a vida das crianças e suas famílias.
735 Senhor Edgar deu continuidade à mesa, ressaltando a importância de discutir o racismo
736 institucional que impede a atuação na gestão pública, assim como o racismo estrutural
737 presente nas resistências enfrentadas e convidou a senhora Eliete Cunha Damião para
738 compartilhar a experiência da Associação dos Pescadores e Pescadoras de Remanso no
739 beneficiamento e comercialização de pescado. Ela iniciou a fala com uma homenagem
740 à Danduca, primeira presidente da associação, ressaltando sua luta e legado. Relatou as
741 dificuldades enfrentadas ao tentar inserir pescado na merenda escolar. Enfrentaram
742 resistência de professores e merendeiras que alegavam que as crianças não aceitavam
743 o pescado. Nesse sentido, apresentaram uma solução ao preparar o pescado de
744 maneiras atrativas, como a "sardinha caseira", e tiveram sucesso ao oferecer cuscuz e
745 macarrão com pescado, aumentando a aceitação entre as crianças. Após uma pausa
746 durante a pandemia, a associação conseguiu retomar as entregas de pescado à merenda
747 escolar, embora com volume reduzido. Descreveu a luta pela obtenção do Certificado
748 de Inscrição e Licenciamento da Atividade de Pesca (SIM), que exigiu mobilização na
749 Câmara dos Vereadores e ocupação da Secretaria de Agricultura para garantir a
750 aprovação necessária. Senhora Eliete enfatizou a importância de perseverar na luta pela
751 valorização do pescado local e a identidade dos pescadores artesanais, agradecendo a
752 oportunidade de compartilhar suas experiências. Ressaltou a importância de se
753 continuar a luta pela certificação e fortalecimento da identidade como pescadores
754 artesanais e também a busca por parcerias para aumentar a aceitação e volume de
755 pescado nas merendas escolares. Senhor Edgar reiterou a importância da resistência e
756 da luta como ferramentas essenciais para vencer as questões relacionadas ao racismo
757 institucional e estrutural. Enfatizou que a mudança só é possível por meio de uma
758 revolução de paradigmas e mobilização e convidou senhor Márcio, representante da
759 Catrapovos, para compartilhar sua experiência, destacando a relevância de sua
760 contribuição para a pauta da reunião. Senhor Márcio apresentou a Catrapovos,
761 explicando a origem do nome e a importância da comissão no contexto das políticas
762 públicas, especialmente no PNAE. Explicou como a Catrapovos surgiu a partir da
763 observação de práticas alimentares em comunidades tradicionais e o papel do
764 Procurador Fernando Merloto no desenvolvimento de uma Nota Técnica que
765 reconheceu o autoconsumo como dispensável da vigilância sanitária. Enfatizou a
766 necessidade de um arranjo interinstitucional para a implementação efetiva das políticas,
767 e a importância da participação de todos os atores envolvidos. Comentou sobre os
768 desafios enfrentados em comunidades e a importância da certificação e valorização da
769 produção local. Mencionou a formação de 16 comissões em 15 estados, destacando a
770 necessidade de um tratamento diferenciado para povos e comunidades tradicionais nas
771 políticas públicas. Sugeriu a elaboração de uma Resolução específica que atenda às

772 necessidades das comunidades tradicionais, afirmando que a atual Resolução nº
773 06/2020 não é adequada. E concluiu sua fala ressaltando a importância de dialogar com
774 os ministérios e fortalecer as comissões para garantir que as políticas públicas respeitem
775 e valorizem as culturas locais. Edgar agradeceu e fez uma breve recapitulação das falas
776 anteriores, enfatizando a importância do diálogo e da luta pela valorização das
777 comunidades tradicionais. Posteriormente, anunciou a participação de Tereza Campello
778 (BNDES), destacando sua relevância no contexto da reunião e passou a palavra a ela. A
779 senhora Tereza expressou sua satisfação em participar da plenária e abordou a
780 importância da agenda de povos e comunidades tradicionais no BNDES, destacando
781 iniciativas como o Sertão Vivo e a criação de indicadores para acompanhar políticas
782 públicas. Destacou que, embora estivesse viajando, era uma alegria participar da
783 plenária do Consea. Ela comentou sobre a agenda do BNDES em relação a povos e
784 comunidades tradicionais, mencionando a necessidade de criar um sistema de
785 pontuação nas licitações que valorize essas comunidades. Também detalhou a
786 estratégia do programa, que busca melhorar a alimentação escolar na Amazônia através
787 da integração com o PNAE e do Fundo Amazônia. Mencionou os desafios enfrentados,
788 como a infraestrutura escolar e a desnutrição, e explicou como o programa visa
789 organizar a oferta e a demanda de alimentos, fortalecendo a agricultura familiar e
790 garantindo alimentos de qualidade. Apresentou os números do programa, incluindo 332
791 milhões pleiteados, 126 municípios apoiados e um alcance estimado de 1,7 milhão de
792 alunos e enfatizou que o projeto é um piloto, com a intenção de expandir para mais
793 municípios na Amazônia, dependendo dos resultados e aprendizados dessa primeira
794 fase. Edgar agradeceu a fala e pediu desculpa pelo pouco tempo a senhora Teresa
795 Campello, porém enfatizou que sua apresentação seria disponibilizada aos demais
796 posteriormente. O conselheiro reforçou a importância da mesa ao plenário, dizendo que
797 o racismo institucional é a discriminação que ocorre em instituições públicas ou privadas
798 que de forma direta ou indireta promove a exclusão ou preconceito. Comentou sobre o
799 processo de não poder em muitos momentos comercializar o produto da comunidade
800 tradicional. Também reforçou a questão do PNAE e convidou o senhor Daniel Bandoni,
801 coordenador de segurança alimentar da coordenação-geral do PNAE para fazer sua fala.
802 Senhor Daniel iniciou sua fala com agradecimentos e saudações à mesa. Destacou a
803 importância da equipe presente, que participa ativamente de todas as Comissões
804 Permanentes (CPs) do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
805 (Consea). Mencionou a equipe, composta em sua grande maioria por mulheres,
806 reconhecendo seu empenho e dedicação. Enfatizou que, por meio das coordenações e
807 dos colaboradores, a equipe tem atuado como um "muro de defesa" do Programa
808 Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que como política social conseguiu superar
809 diversas barreiras, resistindo a diferentes governos e períodos de instabilidade
810 democrática, o que demonstra sua relevância e resiliência. Senhor Daniel Bandoni
811 lembrou que o objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é
812 contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e
813 a formação de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos. O programa é uma
814 inovação social do Brasil, que busca não apenas oferecer alimentação, mas também
815 promover uma relação diferente com os alimentos e incluir a educação alimentar como
816 parte do processo educacional. Foi ressaltado que o PNAE é financiado por recursos
817 federais que são exclusivamente destinados à compra de gêneros alimentícios. E
818 apresentou um resumo de como os recursos são repassados, enfatizando a necessidade

819 de descentralização dos recursos para escolas que atendem povos e comunidades
820 tradicionais. Apontou que a nova coleta de dados do censo escolar em 2023 trouxe pela
821 primeira vez informações sobre o número de escolas em povos e comunidades
822 tradicionais, o que é fundamental para entender as demandas e ampliar a equidade no
823 PNAE. Foi discutido o desafio de incluir mais escolas em áreas rurais e de povos
824 tradicionais, que enfrentam dificuldades na execução do programa devido a custos
825 elevados para a aquisição de alimentos. A importância de garantir financiamento
826 adequado para a execução do PNAE foi novamente destacada. Mencionou a Lei 11.947
827 e a Lei 14.660, que estabelecem que 30% dos recursos do PNAE devem ser utilizados
828 para comprar alimentos da agricultura familiar. Em 2022, 45% dos recursos foram
829 destinados a essa finalidade, totalizando R\$ 1,6 bilhões. Também foi falado sobre a
830 recriação do Comitê Gestor e do Grupo Consultivo do PNAE, focando no
831 desenvolvimento de ações para qualificar e ampliar a aquisição de gêneros alimentícios
832 da agricultura familiar. A criação de uma nota técnica para facilitar a comercialização
833 por povos e comunidades tradicionais foi uma ação importante citada. Destacou a
834 implementação do BB Ágil, que permitirá a identificação manual de alimentos orgânicos
835 e a sinalização automática do percentual de compras da agricultura familiar, facilitando
836 o trabalho dos gestores. Daniel finalizou sua fala apresentando os principais desafios
837 que ainda precisam ser enfrentados. Foi reiterado o compromisso de ampliar a aquisição
838 de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, destacando a meta mínima de 30%,
839 mas enfatizando que quanto mais, melhor, sempre respeitando as realidades locais.
840 Reconheceu-se que o Brasil é um país continental, e o PNAE é uma política executada
841 de forma descentralizada, adaptando-se às particularidades de cada município e escola.
842 A importância de simetrizar um cardápio que atenda às necessidades dos estudantes foi
843 ressaltado. Enfatizou a necessidade de valorizar o acesso dos povos e comunidades
844 tradicionais ao mercado institucional, promovendo uma alimentação que respeite e
845 reflita a diversidade cultural do país. Essa abordagem está alinhada com as diretrizes e
846 com a Resolução 06, que defendem uma alimentação que valorize a cultura local. Edgard
847 agradeceu a Daniel e reconheceu a diversidade das comunidades tradicionais do Brasil,
848 incluindo matrizes africanas, pescadores, quilombolas e outros grupos. Destacou a
849 importância de regularizar os territórios dessas comunidades, enfatizando a
850 necessidade de titulação de terras quilombolas e a proteção dos territórios indígenas e
851 de pescadores. Mencionou a urgência em enfrentar o racismo ambiental, que dificulta
852 a expansão das compras públicas e o acesso das comunidades a esses recursos. A
853 inclusão do povo cigano nas discussões sobre o PNAE também foi citada como uma
854 questão importante. Com a chegada do horário do almoço, a presidente Betta sugeriu
855 que a plenária fosse aberta, mas ressaltou a necessidade de manter a pontualidade. Foi
856 proposto que as Comissões Permanentes (CPs), especialmente a CPCE, dessem
857 continuidade às discussões da mesa da manhã, incluindo uma análise das falas em seus
858 relatórios finais. A presidente Elisabetta Recine agradeceu a presença de Edgar e
859 expressou a importância de abrir a palavra para mais discussões, mas reconheceu que o
860 horário estava comprometido. Informou que, no início da tarde, estariam presentes o
861 ministro Márcio, a ministra substituta Fernanda Machiaveli e o Secretário Nacional de
862 Economia Solidária, enfatizando a importância da pontualidade para a continuidade dos
863 trabalhos. Por fim, destacou a relevância das contribuições feitas durante a mesa,
864 ressaltando a resistência e as alternativas apresentadas para enfrentar os desafios.
865 Agradeceu a Tereza Campello pela presença virtual e pelo trabalho realizado pelo banco,

destacando a importância das iniciativas para o desenvolvimento nacional. A plenária da manhã foi encerrada com agradecimentos a todos os presentes, e um lembrete para que todos estivessem de volta às 14 horas. **Ponto de pauta: Pronunciamento Ministerial:** A sessão foi iniciada pela presidente, senhora Elisabetta Recine, que solicitou que as pessoas se aproximassesem para o início da plenária. Agradeceu a presença de todos, destacando que a sessão seria breve e de saudação. A presidente deu boas-vindas, especialmente ao grupo da Bahia, e fez uma referência bem-humorada sobre a modéstia regional. Agradeceu também às profissionais de tradução em Libras, Patrícia e Juliette, pelo trabalho realizado. A mesa de saudação foi composta por: Valéria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Fome e à Pobreza, Roberta Eugênio, Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Gilberto Carvalho, Secretário Nacional, substituindo o Ministro do Trabalho e do Emprego, Fernanda Machiaveli, substituindo o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Kelli Mafort, Secretária Executiva da Secretaria Geral da Presidência da República. A presidente informou que a plenária foi dedicada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ressaltando a importância do tema e a mobilização atual para ampliar o acesso dos povos indígenas e comunidades tradicionais ao programa. Relatou que na sessão da manhã ocorreram discussões relevantes, com a presença da presidente do FNDE e experiências locais que evidenciam a resistência e criatividade para superar desafios enfrentados na implementação do PNAE. A presidente passou a palavra para Valéria Burity, dando continuidade à sessão de saudação. A senhora Valéria Burity parabenizou a escolha do tema sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destacando sua importância para a garantia do direito humano à alimentação. Mencionou o impacto do programa no combate à fome durante a pandemia e a relevância das discussões sobre a inclusão de povos e comunidades tradicionais, além do projeto Catrapovos e as pautas em discussão no Congresso relacionadas ao PNAE. Foi enfatizada a importância do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como um instrumento da política de segurança alimentar e nutricional, destacando o papel das comissões na discussão e definição de prioridades para o plano. Ela se comprometeu a apoiar as discussões e encaminhamentos necessários. Anunciou a chegada de novos integrantes à Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e solicitou que se apresentassem levantando o braço. Agradeceu a dedicação da equipe, que, embora pequena, é descrita como aguerrida e competente. Agradeceu a todos os membros da Caisan presentes, ressaltando seu papel na articulação do governo para a participação na plenária e na coordenação pós-conferência. Mencionou que o aumento da equipe da Secretaria atende a uma recomendação do Consea e expressou satisfação com o atendimento a essa demanda. A presidente Elisabetta expressou contentamento não apenas pelo aumento da equipe, mas também pelo atendimento a uma recomendação do Consea, destacando a importância de ouvir as solicitações feitas. Valéria Burity, da Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e à Pobreza, informou que o ministro estava participando da comitiva do presidente no Chile, mas estaria presente na plenária do dia seguinte para fazer uma saudação. Mencionou também a presença de outras secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), incluindo a Sesan. A presidente do Consea, Elisabetta Recine, agradeceu a Valéria e passou a palavra para Roberta Eugênio, destacando a importância da presença do Ministério da Igualdade Racial na plenária. Roberta Eugênio, Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, iniciou sua fala agradecendo à presidente Elisabetta Recine e cumprimentou

913 todos os presentes. Destacou que é uma honra e um compromisso central para o
914 ministério integrar a agenda de combate à fome e à insegurança alimentar. Roberta
915 ressaltou que o Ministério da Igualdade Racial é transversal e enfatizou que não é
916 possível promover a igualdade racial sem um compromisso que envolva todos os
917 ministérios. A fome e a insegurança alimentar no Brasil são fortemente marcadas pelo
918 racismo estrutural, refletindo um histórico de exclusão da população negra. Apresentou
919 dados alarmantes, afirmando que 75% das famílias em condição de insegurança
920 alimentar são de pessoas negras, evidenciando a gravidade do problema e a necessidade
921 de um compromisso coletivo para transformar essa realidade. Roberta destacou que o
922 presidente Lula já assumiu o compromisso de melhorar a situação da fome e da
923 insegurança alimentar até o final do mandato, enfatizando a importância da
924 colaboração entre os ministérios presentes. Finalizou parabenizando o Consea pela
925 mobilização dos conselheiros e pelo fortalecimento das lutas necessárias para a
926 transformação da realidade alimentar no Brasil. Expressou esperança ao ver uma
927 plenária cheia e dedicada ao PNAE, reconhecendo os avanços desde 2022, mas
928 reafirmando a necessidade de continuar trabalhando para melhorias. Elisabetta Recine
929 agradeceu a Roberta Eugênio pela sua contribuição e fez uma referência à recente
930 atividade do G20 no Rio, onde foi assinado um protocolo de cooperação entre a ministra
931 e o ministro Wellington. Destacou que o acordo tem como foco a situação de
932 vulnerabilidade das pessoas negras, especialmente das mulheres, e faz parte da
933 iniciativa Brasil Sem Fome. A presidente Elisabetta Recine enfatizou a importância de
934 ações mais estruturadas para atender as necessidades de vulnerabilidade identificadas,
935 ressaltando que os resultados alcançados em um ano e meio são significativos, mas
936 ainda é necessário avançar. A presidente passou a palavra para Gilberto Carvalho,
937 Secretário Nacional substituto do Ministério do Trabalho e Emprego, agradecendo pela
938 presença dele na abertura da tarde. Senhor Gilberto Carvalho trouxe uma mensagem
939 forte e reflexiva sobre a importância da mobilização e organização da sociedade civil em
940 tempos desafiadores. Ele destacou a necessidade de pressão contínua sobre o governo
941 para garantir que as demandas da classe trabalhadora e dos oprimidos sejam atendidas,
942 enfatizando que um governo eficaz vai além de políticas de infraestrutura, devendo
943 também reforçar a luta por justiça social. Através de exemplos práticos, como o impacto
944 positivo do PNAE e do PAA na formação de cooperativas, ele sublinhou o papel vital que
945 a economia solidária pode desempenhar na organização da sociedade. Ao mesmo
946 tempo, ele fez um apelo urgente para que todos continuem a lutar e se manterem
947 alertas, especialmente diante do crescimento de tendências autoritárias. Falou sobre o
948 reconhecimento do trabalho dos movimentos sociais e a urgência em manter a
949 mobilização, ressaltando que a verdadeira mudança depende da ação conjunta e da
950 consciência coletiva. Sua mensagem final foi que seria hora de se organizar e lutar, pois
951 o futuro exigiria uma sociedade civil ativa e vigilante. A presidente do Consea
952 compartilhou uma reflexão sobre a frase "o futuro à luta de classes pertence",
953 destacando a análise da situação política atual na Europa e nos Estados Unidos. A
954 intervenção ressaltou que, embora o Conselho tenha uma estrutura institucional, cada
955 participante representa uma rede mais ampla de pessoas, contribuindo para a
956 reverberação e ampliação das propostas e ações. Foi informado que a Secretaria do
957 Consea organizou todas as propostas aprovadas na conferência em subgrupos por
958 pastas do governo federal, com a intenção de solicitar audiências para discutir essas
959 propostas e garantir sua implementação. Até o momento, foram realizadas reuniões

960 com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Saúde. Estava agendada uma
961 visita ao MDA na semana seguinte da plenária, além de já haver compromissos com o
962 Ministério dos Povos Indígenas. A intenção é continuar a levar as propostas diretamente
963 aos ministros e ministras. A senhora Fernanda Machiaveli foi convidada, pela presidente
964 Elisabetta Recine, a se pronunciar. Agradecimentos foram feitos pela presença dela e
965 pelo trabalho conjunto entre o MDA e o Consea, enfatizando a importância dessa
966 colaboração na agenda compartilhada. Foi mencionada uma gravação do ministro do
967 MDA, que foi distribuída na plenária anterior, reforçando a relevância das contribuições
968 do Consea para o Plano de Abastecimento. A senhora Fernanda Machiaveli,
969 representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cumprimentou a todos os
970 presentes, destacando a importância da presença de líderes e colegas, incluindo a
971 presidente Betta Recine e o ministro Gilberto Carvalho. Ela expressou seu
972 reconhecimento pelo trabalho realizado sob a liderança do ministro Gilberto, incluindo
973 a construção de políticas nacionais de participação social e agroecologia. Agradeceu a
974 continuidade dessas iniciativas pela equipe atual. Também enfatizou que a
975 responsabilidade dos membros do governo é proporcional aos sonhos e expectativas da
976 sociedade civil que apoiou a eleição do presidente Lula. Ela destacou que, após um ano
977 e meio de trabalho, o Consea conseguiu construir políticas públicas que tiraram mais de
978 22 milhões de pessoas da fome. Mencionou também a recuperação da agricultura
979 familiar e a importância das políticas de compras públicas, especialmente o PNAE. Falou
980 sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como referência mundial,
981 ressaltando sua efetividade em fornecer alimentos saudáveis às crianças e em apoiar a
982 agricultura familiar. Sob a liderança do ministro Paulo Teixeira e do ministro Camilo de
983 Santana, a senhora Machiaveli mencionou o desafio de revitalizar o PNAE e organizar a
984 oferta da agricultura familiar. Destacou o programa "Coopera Mais Brasil", que visa
985 fortalecer cooperativas e melhorar a assistência técnica e o acesso a crédito. Fernanda
986 reforçou a importância de incluir todos os segmentos da agricultura familiar, como
987 assentados da reforma agrária, camponeses, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, nas
988 políticas de desenvolvimento. Ela citou uma parceria com o BNDES para o programa de
989 Alimentação Escolar na Amazônia, que visa organizar cooperativas para fornecer
990 alimentos às escolas na região, combatendo a fome local. Finalizou sua fala reiterando
991 a responsabilidade de todos em enfrentar os desafios do terceiro governo de Lula, com
992 o objetivo de superar a fome e a pobreza no Brasil. A presidente Elisabetta Recine
993 agradeceu à Sra. Fernanda Machiaveli pela sua contribuição e análise detalhada sobre
994 as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em seguida, a presidente passou
995 a palavra para Kelli Mafort, Secretária Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da
996 República, representando o ministro Márcio Macedo. A senhora Kelli Mafort iniciou sua
997 fala agradecendo à presidente e cumprimentando os presentes na mesa e os
998 conselheiros do Consea, destacando a importância do trabalho conjunto entre governo
999 e sociedade civil. Kelli fez a áudio descrição de sua aparência, identificando-se como
1000 mulher negra, de pele clara e cabelo encaracolado, vestindo um casaco preto e blusa
1001 branca. Ela trouxe um abraço do ministro Márcio Macedo, que tem acompanhado de
1002 perto o trabalho do Consea e parabenizou pela escolha dos temas, especialmente a
1003 ênfase no PNAE e na perspectiva antirracista relacionada à segurança alimentar. Kelli
1004 ressaltou que a agenda antirracista é essencial para promover e proteger as
1005 comunidades tradicionais e quilombolas, além de abordar conflitos sócio territoriais,
1006 especialmente em relação aos povos indígenas. Kelli destacou a importância do Plano

1007 Clima Participativo, convidando os membros do Consea a participarem das plenárias e
1008 contribuírem na plataforma do Brasil Participativo. Ela mencionou o envolvimento de
1009 diversos ministros no processo. Ela falou sobre o Relatório Nacional Voluntário da
1010 Agenda 2030 e a proposta do ODS 18, enfatizando a liderança do presidente Lula na
1011 promoção de uma agenda ousada. Kelli mencionou a proximidade do Dia Nacional do
1012 Estudante e do Dia Internacional da Juventude, destacando as entregas do governo
1013 relacionadas à juventude, incluindo iniciativas como o Juventude Negra Viva e o
1014 programa Pé-de-meia. Por fim, Kelli expressou otimismo para o mês de agosto,
1015 mencionando a Marcha das Margaridas e a expectativa de que seja um mês de lutas,
1016 trabalho e celebrações. Por fim, Kelli Mafort desejou uma ótima reunião a todos os
1017 presentes. A presidente Elisabetta Recine agradeceu a senhora Kelli Mafort pela sua
1018 contribuição e pela atualização sobre o Plano Clima. Elisabetta mencionou que, na tarde
1019 seguinte, seria apresentada uma proposta de contribuição ao Plano Clima, destacando
1020 a importância de participar da consulta pública. Ela incentivou os membros a votarem
1021 nas propostas já disponíveis e a submeterem novas propostas relacionadas à segurança
1022 alimentar e nutricional. A presidente destacou que quatro propostas relacionadas à 6ª
1023 Conferência seriam apresentadas para inclusão na plataforma, visando reforçar a
1024 agenda de segurança alimentar e nutricional. Elisabetta lembrou que Patrícia Gentil,
1025 diretora da Sesan, já havia apresentado na plenária anterior a discussão sobre a trilha
1026 de segurança alimentar e nutricional no Plano Clima, que agora avançou para a etapa
1027 de propostas. Ela informou que a consulta pública vai até o dia 25 de agosto e que mais
1028 informações seriam fornecidas na reunião seguinte. Elisabetta deu orientações sobre as
1029 reuniões das comissões permanentes (CPs) que ocorreriam à tarde e na manhã do dia
1030 seguinte. Também mencionou a reunião do GT de Cultura Alimentar e do GT
1031 Internacional, que começariam às 17h30. A plenária retornaria no dia seguinte às 14h,
1032 com a presença do ministro Wellington Dias. A presidente desejou uma boa reunião a
1033 todos, agradecendo pela presença e pela participação. **Pauta 07/08 Pronunciamento**
1034 **Ministerial:** A senhora Elisabetta Recine abriu a plenária cumprimentando os presentes
1035 e expressou esperança de que as reuniões de comissões anteriores fossem produtivas e
1036 que a decisão de organizar dois períodos de comissão fosse positiva, permitindo a
1037 abordagem de todos os temas relevantes. A Presidenta informou que o Ministro
1038 Wellington não pôde estar presente no encontro anterior devido a compromissos de
1039 viagem. Agradeceu a presença do Ministro e reconheceu sua importância nas plenárias,
1040 ressaltando a relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como
1041 tema do encontro. Experiências locais foram compartilhadas, incluindo relatos de uma
1042 comunidade quilombola e de mulheres pescadoras artesanais, além de práticas do
1043 município de Belo Horizonte, demonstrando que, apesar dos desafios, existem
1044 iniciativas valiosas que podem contribuir para o avanço do PNAE. A Presidenta enfatizou
1045 a importância da presença do Ministro e a continuidade do diálogo sobre o papel do
1046 Consea e do PNAE. A palavra foi passada ao Ministro Wellington para suas
1047 considerações. O senhor Ministro Wellington Dias começou sua fala parabenizando a
1048 presidente Elisabetta Recine e agradecendo a presença de todos. Destacou a
1049 importância do trabalho do Consea, especialmente em relação ao Plano Brasil Sem
1050 Fome, e mencionou o recente anúncio da FAO sobre a insegurança alimentar no mundo,
1051 feito pela primeira vez fora de Nova Iorque, durante o G20 no Brasil. Dentre alguns
1052 pontos abordados destacou resultados do relatório da FAO, como a redução na
1053 insegurança alimentar, com 21,4 milhões de pessoas a menos, comparado a anos

anteriores, no Brasil. A redução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil foi destacada, com uma queda significativa nos índices de fome severa, reduzindo de 17,2 milhões para 2,5 milhões de pessoas. Destacou a importância da integração entre as partes, como o trabalho conjunto entre governo, sociedade civil e setor privado foi fundamental para os resultados alcançados. A implementação de programas como o Bolsa Família e a reativação de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e cozinhas solidárias também foram mencionadas como essenciais. Ele também citou o crescimento econômico do país, o qual registrou um crescimento do PIB de 2,9%, com a criação de novos postos de trabalho e aumento da renda dos trabalhadores, especialmente entre os mais pobres. O índice de extrema pobreza foi o mais baixo desde 1996, e a desigualdade medida pelo índice Gini também apresentou queda significativa. O Ministro enfatizou a importância de um planejamento eficiente para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a necessidade de um diálogo constante para ampliar as compras governamentais. A expectativa é de que, em 2024, o Brasil possa alcançar novas metas de redução da pobreza e da fome. O Ministro deu continuidade à discussão, enfatizando a importância do compromisso do governo em manter os investimentos em torno de R\$ 1,1 bilhão, com a meta de chegar a R\$ 1,5 bilhão. Destacou a importância da integração das compras de alimentos, incluindo sementes, mudas e pescado, e a ampliação do escopo de ações com cozinhas solidárias e restaurantes populares. Citou que o PAA é um primeiro passo para apoiar a produção local, garantindo compras diretas de pequenos agricultores, que são, em sua maioria, mulheres (70%). A importância de ensinar os pequenos produtores sobre os preços de mercado e evitar a exploração de intermediários. O PAA é apresentado como um degrau inicial, seguido pela capacitação dos agricultores para venderem diretamente a escolas e hospitais, visando integrar suas produções ao sistema de alimentação escolar. Um acordo foi celebrado com a rede de hospitais federais para essa nova abordagem. O Ministro propôs aumentar a participação da agricultura familiar em compras governamentais, com a meta de expandir o alcance de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 15 bilhões. Exemplos de boas práticas em estados como Teresina foram mencionados, onde a agricultura familiar é integrada a supermercados e feiras. O fortalecimento de cooperativas e associações para aumentar a competitividade dos pequenos produtores no mercado interno e externo. Discussão sobre a criação de um PAA internacional em parceria com o Programa Mundial de Alimentos. O Ministro destacou a importância do programa de alimentação escolar que atende a 40 milhões de crianças e adolescentes em 144 mil escolas, ressaltando a necessidade de garantir alimentos saudáveis e acessíveis. O Ministro Wellington Dias expressou sua gratidão pelo trabalho realizado pelo Consea e se colocou à disposição para colaborar ainda mais no futuro. Finalizou reiterando seu compromisso e paixão pelo tema, pedindo que fosse enviado o relatório de atividades para continuidade do trabalho. A presidente Elisabetta Recine agradeceu ao Ministro Wellington Dias pela sua presença e pela disposição em participar da plenária, reconhecendo a importância do diálogo. Em seguida a presidente solicitou a abertura de um ponto na agenda, informando que na reunião da Caisan da semana anterior foi anunciada a abertura de diversos editais pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Elisabetta destacou que as organizações presentes poderiam ter interesse nesses editais e que a apresentação poderia facilitar a difusão de informações. Convidou o Secretário Inácio Arruda, responsável pela Secretaria de Ciência, Tecnologia para o Desenvolvimento Social, para que ele apresentasse o escopo dos editais e esclarecesse eventuais dúvidas.

1101 O Secretário Inácio Arruda destacou a importância do Conselho e a relevância do diálogo
1102 com a comunidade. Ele mencionou que, em tempos de contenções orçamentárias, é
1103 essencial mobilizar a sociedade para combater as altas taxas de juros, que prejudicam
1104 programas sociais. Dentre os editais apresentados citou um focado em cadeias
1105 socioprodutivas da agricultura familiar com o objetivo de inovar equipamentos agrícolas
1106 e desenvolver "fábricas solidárias". O segundo edital destinado a aumentar a
1107 produtividade e sustentabilidade na agricultura familiar dando apoio à produção de
1108 alimentos saudáveis e uso de bioinsumos. E o terceiro citado para cooperação entre
1109 instituições de ciência e tecnologia (ICTs) e empresas com intuito de desenvolver
1110 pesquisa para inovações de baixo custo em produção alimentar. Por fim, senhor Inácio
1111 enfatizou a necessidade de participação de novos pesquisadores e a importância de
1112 observar como esses editais serão desenvolvidos. Ele também propôs que, após a
1113 conclusão dos editais, os ganhadores apresentem seus projetos ao Conselho. Ele citou
1114 que o acompanhamento dos programas e projetos visam atender diretamente as
1115 necessidades das comunidades e enfatizou a importância de direcionar a pesquisa
1116 científica para resolver problemas reais da população, especialmente em relação à
1117 fome. Inácio encerrou sua fala ressaltando a necessidade de alinhar a pesquisa
1118 acadêmica com as demandas da sociedade, e como essa integração pode resultar em
1119 avanços significativos no combate à fome no Brasil. A presidente agradeceu ao
1120 Secretário pela apresentação, destacando o total de R\$ 300 milhões disponíveis para
1121 iniciativas em agricultura familiar e pesquisa, e incentivou os membros a se informar
1122 sobre os editais e a participarem ativamente dos processos. **Relato das CPs e CPCE:** A
1123 presidente convidou as coordenações das comissões permanentes e da CPCE para
1124 apresentarem seus relatos. As tradutoras, Maria e Mayara, foram agradecidas pelo
1125 trabalho durante a reunião. Foi sugerido que as coordenações focassem os relatos nos
1126 temas e nas conclusões, evitando prolongamentos desnecessários. A presidente propôs
1127 que todos os relatos fossem feitos antes de voltar para as comissões que precisam de
1128 aprovações. A conselheira Kota Mulanji iniciou o relato da Comissão Permanente 7
1129 (CP7), representando os povos e comunidades tradicionais. Ela agradeceu a presença de
1130 membros da sociedade civil, incluindo Eliete e Jorge Henrique, representantes de
1131 comunidades de mulheres pescadoras, extrativistas e povos de matriz africana, assim
1132 como diversos ministérios (MDS, MDA, MIR, MAMA, MMA e Direitos Humanos). A
1133 comissão apresentou uma proposta de recomendação para a inclusão de mais povos e
1134 comunidades tradicionais no Cadastro Único (CadÚnico), no Programa de Aquisição de
1135 Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Discutiu sobre
1136 a criação de um grupo de trabalho (GT) para desenvolver indicadores interministeriais e
1137 um manual que aborde práticas alimentares tradicionais. Propôs um diálogo com a
1138 Anvisa para reconhecer as práticas alimentares tradicionais. A comissão recebeu
1139 contribuições do MDS e destacou a importância do site das cozinhas solidárias como
1140 ferramenta de controle social. Dentre os encaminhamentos foram citados que as
1141 organizações atualizem o CadÚnico e participem da campanha de atualização cadastral.
1142 Enfatizou a necessidade de adequação das políticas às especificidades dos povos e
1143 comunidades tradicionais. Sugeriu a abertura de discussão sobre a falta de consenso
1144 governamental sobre a definição de "povo tradicional" e "comunidade tradicional".
1145 Citou a necessidade de proposta de portarias específicas para povos tradicionais de
1146 matriz africana. Além da importância do reconhecimento territorial e da adaptação dos
1147 cardápios escolares às realidades locais, junto com o aprimoramento do monitoramento

1148 da aplicação do PNAE. A conselheira Kota finalizou com uma reflexão sobre a
1149 importância do fortalecimento e da união entre os povos tradicionais, expressando
1150 esperança e determinação. Agradeceu a todos pela participação e colaboração. A
1151 presidente Elisabeta Recine agradeceu à CP7 pela apresentação e solicitou que o texto
1152 fosse enviado para inclusão na ata. A presidente perguntou se a CP7 tinha uma proposta
1153 de texto para a nota de repúdio ou se seria elaborada coletivamente pela mesa diretiva.
1154 A conselheira Kota Mulanji esclareceu que não havia uma proposta, apenas o desejo de
1155 repudiar as ações, e sugeriu que a nota fosse elaborada na mesa diretiva, uma vez que
1156 eram espaços institucionais envolvidos nas ações. A presidente propôs que fosse
1157 anotado o encaminhamento para a elaboração da nota de repúdio, abordando a
1158 questão da violência contra as comunidades. Foi discutida a necessidade de ter uma
1159 síntese de retorno da Caisan sobre o calendário proposto pelas CPs, que prevê reuniões
1160 virtuais e uma síntese a ser realizada até o dia 06 de setembro. A senhora Kota Mulanji
1161 confirmou que ainda estava dentro do prazo. A presidente enfatizou a importância de
1162 estabelecer um fluxo de informações para que tanto a mesa diretiva quanto a plenária
1163 tenham conhecimento sobre o andamento das recomendações. Foi decidido que seria
1164 adotada uma sistemática de cobrança constante, para que as informações sejam
1165 compartilhadas de forma contínua e eficiente, e não apenas durante as discussões das
1166 pautas. A senhora Kota Mulanji reiterou que a CP7 elaborou 3 recomendações e obteve
1167 resposta das mesmas. A presidente Elisabeta fez uma reflexão sobre a importância de
1168 documentar e encerrar os trabalhos do Conselho. A transparência e a continuidade nas
1169 ações são essenciais para garantir que a próxima gestão tenha uma base sólida sobre a
1170 qual construir. A criação dessa memória das comissões é um passo importante, pois não
1171 apenas sintetiza o trabalho realizado, mas também estabelece um legado e orienta as
1172 futuras decisões do Conselho. A senhora Kota reforçou sobre o trabalho interno e a
1173 responsabilidade de cada conselheiro e respectivos ministérios como essencial para
1174 garantir que o Conselho funcione de forma integrada e eficaz. A proposta de trazer esses
1175 indicadores de avaliação, especialmente em relação aos PCTs, é um passo necessário
1176 para fortalecer a base de trabalho e facilitar a vigilância sobre as políticas alimentares.
1177 A presidente agradeceu à CP7 e passou a palavra para a CPCE. Jean iniciou a fala
1178 agradecendo a presença dos participantes Ana Carolina, do Programa Cozinha Solidária,
1179 Elisângela Sanches Januário, da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do PAA, Elcio
1180 Magalhães, da Secretaria Extraordinária de Combate da Pobreza e a Fome, Ana Segall e
1181 Renato Carvalheira, da Rede Pensan, e apresentou a pauta discutida. Sobre o acesso às
1182 Cozinhas Solidárias destacou a importância das cozinhas solidárias e das tecnologias
1183 sociais no enfrentamento da insegurança alimentar, especialmente em situações de
1184 emergência e calamidades climáticas. Foram encaminhados elementos para melhorar a
1185 gestão de segurança alimentar e nutricional das populações vulneráveis, com
1186 apresentação de dados atualizados sobre o programa. Discutiu-se sobre a possibilidade
1187 da Sesan MDS abrir um novo edital para estados que não foram contemplados pelas
1188 unidades gestoras. E foi solicitado à Sesan acesso ao programa de cozinhas solidárias
1189 para o monitoramento pelos Conseas estaduais. Foi feita uma reflexão sobre a
1190 elaboração de um protocolo que considere conflitos de interesse, perfil dos atendidos,
1191 endereço das cozinhas e entidades gestoras e citado a importância da criação de um
1192 recurso metodológico para os Conseas. Foi proposta a ampliação de alimentos e
1193 produtos da agricultura familiar nos cardápios das cozinhas solidárias e discutida a
1194 ampliação dos comitês estaduais do PAA. Discutiu-se sobre a ampliação das adesões

1195 dos municípios e a criação de oportunidades para melhorar o monitoramento da
1196 execução, além disso há a necessidade de um acompanhamento contínuo dos Conseas
1197 que já realizaram a adesão. Foi recomendado a melhoria do fluxo de informações entre
1198 a Conab e os Conseas estaduais, visando otimizar a comunicação e a gestão, e também
1199 a criação de estratégias para ampliar a incidência dos Conseas estaduais junto ao
1200 Congresso Nacional e órgãos competentes. Foi abordada a necessidade de formação
1201 específica para os Conseas sobre adesão e suas comissões temáticas e debatido sobre a
1202 complexidade das vulnerabilidades sociais e a importância de um redesenho das
1203 políticas públicas, considerando recortes de gênero e territórios invisibilizados. Foi
1204 proposto um diálogo com a Sesan e a Secretaria de Combate à Pobreza e à Fome para
1205 desenvolver pesquisas focadas em vulnerabilidades e também a inclusão do tema de
1206 pesquisa e monitoramento em SAN, com ênfase nos municípios, na pauta da próxima
1207 reunião da CPCE. Por fim, foi falado sobre a necessidade de ampliação do debate sobre
1208 SAN e mudanças climáticas, reconhecendo a complexidade da situação e a necessidade
1209 de apoio governamental para eventos presenciais. A presidente consultou se havia
1210 dúvidas ou necessidade de mais detalhes sobre as apresentações da coordenação da
1211 CPCE e pediu licença para a fala de um representante da CNAPO sobre o edital EcoForte.
1212 O representante agradeceu ao Conseia pelo espaço disponibilizado através das
1213 subcomissões para tratar do fortalecimento do lançamento do Plano Nacional de
1214 Agroecologia e Produção Orgânica, que já foi adiado duas vezes. A expectativa é que o
1215 lançamento ocorra ao final do mês de agosto, com o objetivo de garantir o Programa
1216 Nacional de Redução do Uso dos Agrotóxicos. Foi informado que está aberto, até o dia
1217 19 de agosto, o edital de Redes EcoForte. Este edital é considerado importante para
1218 fortalecer as redes territoriais de promoção da agroecologia e produção orgânica. O
1219 representante fez um chamado para que quem estiver vinculado a alguma rede nos
1220 territórios possa submeter projetos, e mencionou que estão em tratativas para uma
1221 possível prorrogação do edital. A Presidenta do Conseia, agradeceu pela informação
1222 sobre os editais e expressou a dificuldade de atender a tantos editais que são lançados
1223 simultaneamente. Ela sugeriu a necessidade de um calendário mais organizado e
1224 humano para facilitar a preparação dos projetos e documentação, e passou a palavra
1225 para o conselheiro Dourado. O senhor Dourado, representante da CP6, deu boas-vindas
1226 a todos e fez comentários positivos sobre a ordem das discussões e apresentou a
1227 memória da reunião anterior, que contou com a participação da Funai e do MDS.
1228 Destacou-se a necessidade da demarcação de Terras Indígenas, solicitando à presidente
1229 do Conseia que incida junto ao presidente da República para avançar nas homologações
1230 e etapas de identificação das terras indígenas, resgatando o conteúdo da recomendação
1231 número 55/2023 e enviando uma recomendação ao STF sobre a continuidade da Lei
1232 14.701/2023. Também foi discutido a importância de garantir o acesso à alimentação
1233 escolar para alunos indígenas, quilombolas e outros PCTs durante recessos e férias. A
1234 propostas debatidas incluíram: a desburocratização dos processos, a legislação clara
1235 para emendas das entidades executoras, o aumento do per capita para as populações
1236 indígenas, quilombolas e PCTs, a especificação de recursos destinados à população
1237 indígena e a garantia de alimentação escolar culturalmente adequada. Dentre os
1238 desafios e os resultados do PLANSAN citou como desafio 1 a garantia da demarcação,
1239 proteção ambiental dos territórios indígenas e acesso a recursos naturais, visando
1240 segurança alimentar e bem viver. O resultado esperado seria a regularização fundiária,
1241 resolução de conflitos e acesso sustentável aos recursos da sociobiodiversidade. O

1242 desafio 2 foi a priorização da aquisição de alimentos das populações indígenas e
1243 aperfeiçoamento de políticas públicas (PAA, PNAE), como resultado esperado foi citado
1244 o aumento da produção e aquisição de alimentos culturais indígenas, capacitação e
1245 geração de renda. O desafio 3 foi a garantia da soberania e segurança alimentar, apoio
1246 à agricultura de subsistência e aquisição de alimentos culturalmente adequados e o
1247 resultado esperado a sistematização de informações sobre insegurança alimentar e
1248 articulação de políticas para redução dos casos de insegurança hídrica e alimentar. A
1249 presidente Elisabetta Recine, agradeceu à CP6 e parabenizou pelo progresso alcançado
1250 na elaboração do 3º Plano, destacando as dificuldades superadas para apresentar as
1251 propostas à mesa diretiva. A presidente mencionou o esforço do servidor Luís e de
1252 outros envolvidos no trabalho, elogiando a colaboração da equipe. A presidente abriu
1253 espaço para que os participantes solicitassesem mais informações ou esclarecimentos
1254 sobre os trabalhos apresentados por Dourado, referente à CP6. Não houve
1255 manifestações e a palavra foi passada para a senhora Juliana Casemiro da CP2. A
1256 senhora Juliana, representante da CP2, iniciou sua fala agradecendo a oportunidade e a
1257 assistência da equipe da Secretaria, destacando o apoio de Luiza e Rafaella na
1258 sistematização das atividades. A CP2 contou com a participação de conselheiros e
1259 convidados, incluindo membros da ACT. Foi discutida uma recomendação sobre a
1260 aquisição de livros de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pelo Programa Nacional
1261 do Livro Didático (PNLD) e a importância de normas sanitárias inclusivas. A CP2 analisou
1262 uma ementa para o Grupo de Trabalho (GT) de conflitos de interesses, já em
1263 funcionamento, tendo sido aprovada tranquilamente. A proposta incluiu a realização de
1264 uma reunião remota antes da próxima plenária do GT e a composição de representantes
1265 de várias CPs, visando estreitar laços com o GT da Caisan. Juliana explicou que a CP2 leu
1266 56 propostas, priorizando as que mais se alinhavam com os desafios atuais, focando em
1267 temas como conflitos de interesse, financiamento, iniquidades e cultura. Como desafio
1268 1 (um) destacou: promover a alimentação adequada e saudável, enfrentando conflitos
1269 de interesse e subfinanciamento das políticas públicas, além de garantir acesso a
1270 alimentos provenientes de sistemas agroecológicos, os resultados esperados seriam os
1271 mecanismos para gestão de conflitos de interesses. Regulamentação para promoção da
1272 alimentação adequada e a ampliação do acesso a alimentos saudáveis e adequados. O
1273 desafio 2 (dois) foi fortalecer processos de comunicação e educação em torno do direito
1274 humano à alimentação e da soberania alimentar, como resultados esperados foram
1275 citados: normas mais inclusivas para a produção agroecológica, ampliação da
1276 visibilidade das barreiras para a alimentação adequada e implementação de rotulagem
1277 que informe sobre alimentação saudável. Foram feitas recomendações para o Programa
1278 Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), incluindo: ajustes no *per capita* conforme
1279 necessidades alimentares especiais. Facilitação das compras públicas de alimentos de
1280 povos tradicionais. Desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e avaliação
1281 participativa. A presidente agradeceu o trabalho realizado pela CP2 e convidou Edgard
1282 Amaral para falar sobre a CP5. Senhor Edgar Aparecido de Moura iniciou sua fala
1283 agradecendo a presença de todos e todas, destacando a importância do tema em
1284 discussão. Em sua fala foi abordada a discussão sobre a CP5 e CP4, com foco no Sinase
1285 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e no sistema prisional e comentado
1286 sobre a apresentação de Milena do MDHC (Ministério dos Direitos Humanos e
1287 Cidadania) sobre o Sinase e contribuições do convidado Ribamar sobre o sistema
1288 prisional. Foi dado enfoque nas violações de direitos humanos relacionadas à

1289 alimentação adequada, especialmente entre crianças e adolescentes sob o Sinase.
1290 Foram feitas reflexões sobre a presença de racismo e outras violações em penitenciárias.
1291 E sugerido proposta de reunião online para finalizar recomendações sobre os temas
1292 discutidos. Foi falado sobre a importância da participação do ministério e de
1293 representantes como Valéria da Caisan, com destaque para a presença ativa nas
1294 discussões. O MIR (Ministério da Igualdade Racial) irá tratar da elaboração de uma
1295 agenda de combate à fome com foco em mulheres negras, prevista para discussão em
1296 reunião no dia 07/08. Também foi realizada uma discussão sobre racismo ambiental e a
1297 recuperação do Rio Grande do Sul, destacando o impacto sobre comunidades negras e
1298 pobres. Citou-se o compromisso de elaborar um indicador nacional sobre a situação
1299 climática. Também foi realizado um debate significativo sobre o PNAE, com a proposta
1300 de alteração da Resolução nº 14.060 para incluir a duração dos grupos de mulheres,
1301 formais e informais, nas discussões. A CP5 propôs alterações na Resolução que
1302 regulamenta a prioridade de atendimento a mulheres negras, indígenas, quilombolas e
1303 outras comunidades tradicionais. Também discutiu a necessidade de monitoramento da
1304 alimentação nos IFs (Institutos Federais), sugerindo que esses institutos tenham uma
1305 prestação de contas similar à do FNDE, garantindo a transparência sobre a origem da
1306 alimentação adquirida. A CP Foi decidiu realizar um grande debate sobre o Plano,
1307 buscando uma contribuição mais assertiva e reforçando a participação dos
1308 representantes dos ministérios na CP5. Além disso, expressou interesse em entender
1309 melhor a cooperação técnica entre MIR e MDS, ressaltando a falta de monitoramento
1310 adequado até o momento. Citou como encaminhamento para que o FNDE informe
1311 sobre a origem da alimentação com base nos marcadores de raça e cor nos programas
1312 do MDA. E falaram sobre a necessidade de criar um novo sistema ou plataforma para
1313 atualizar e facilitar o monitoramento da origem da alimentação adquirida, com um
1314 quesito de cor para identificar a procedência racial dos fornecedores. Avanços foram
1315 discutidos para a campanha antirracista, incluindo o público prioritário e as diretrizes da
1316 campanha. Uma reunião online foi agendada para definir os detalhes da campanha, que
1317 envolverá todos os participantes do Consea. Foi proposto realizar uma conversa online
1318 sobre as questões de pobreza abordadas pelo G20, buscando a contribuição de
1319 especialistas e organizações como Ação Cidadania e Inesc (Instituto de Estudos
1320 Socioeconómicos). A presidente agradeceu a fala do senhor Edgard e passou a fala para
1321 a senhora Mariana Santarelli. Ela iniciou sua fala informando que os grupos de trabalho
1322 (GT) de CP1 e CP2 estão em processo de elaboração de um texto a ser apresentado à
1323 comissão de transição do Consea. Este documento abordará a identificação e prevenção
1324 de conflitos de interesse (COI) na transição e nomeação dos próximos conselheiros.
1325 Além disso, uma minuta de Resolução do Consea sobre o tema de COI está sendo
1326 elaborada e será submetida à mesa diretiva e, posteriormente, à plenária para
1327 apreciação. Senhora Kelly, do Ministério da Saúde, mencionou que o instrumento sobre
1328 COI desejado para o Sisan será uma Resolução da Caisan, desenvolvida em diálogo com
1329 as atribuições das entidades privadas. Informou que não houve tempo suficiente para
1330 elaborar uma recomendação sobre o Projeto de Lei 3.002, que institui a Política Nacional
1331 de Alimentação Escolar. A proposta será lida posteriormente para recomendação de
1332 aprovação pela mesa diretiva. Foi debatido sobre os anúncios estratégicos para o Plano
1333 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foram definidos grandes desafios: (1)
1334 Capacitação de gestores e conselheiros sobre o direito humano à alimentação; (2)
1335 Estruturação do Sisan para operacionalização das políticas alimentares; (3) Prevenção

1336 de conflitos de interesse no Sisan; (4) Fortalecimento dos Conseas para atuação
1337 autônoma e adequada; (5) Estruturação do financiamento do Sisan para garantir a
1338 gestão e controle social. A SECF realizará uma oficina de trabalho para discutir novos
1339 marcos normativos para o Sisan, incluindo normas operacionais básicas e
1340 financiamento, visando a pactuação interfederativa. A apresentação de um novo
1341 instrumento, chamado "Tria", foi mencionada. Desenvolvido pelo Ministério da Saúde,
1342 ele busca facilitar o acesso de indivíduos em situação de vulnerabilidade alimentar às
1343 políticas de garantia do direito humano à alimentação. O "Protocolo Brasil Sem Fome",
1344 construído de forma intersetorial, orientará estados e municípios no enfrentamento da
1345 fome, garantindo a efetividade do Sisan. Sugestão para que o "Tria" e o protocolo sejam
1346 apresentados em plenárias futuras para consideração e discussão. A presidente
1347 agradeceu a fala da senhora Mariana Santarelli e convidou a senhora Daniela para
1348 apresentar o que foi discutido na CP4. Senhora Daniela expressou sua alegria pela
1349 participação do governo federal em várias pastas e destacou a presença do MDS e do
1350 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, reconhecendo o esforço dos servidores
1351 públicos e comissionados. Informou que a comissão CP4, voltada para o direito humano
1352 à alimentação adequada, teve dois dias de reuniões produtivas, com a participação de
1353 32 pessoas, incluindo representantes da sociedade civil e do governo. Daniela fez
1354 menção ao relato sobre a prática conjunta da comissão, enfatizando a construção de
1355 uma recomendação relacionada ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
1356 (Sinase), que trata de medidas socioeducativas para adolescentes e jovens em restrição
1357 de liberdade, e ao sistema prisional, com foco em uma abordagem antirracista e no
1358 direito humano à alimentação adequada. No segundo dia de reuniões, houve
1359 esclarecimentos sobre temas como cozinha solidária e hortas urbanas. Destacou um
1360 relato do Observatório dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua, que
1361 revelou o aumento da população em situação de rua no Brasil, abrangendo não apenas
1362 as capitais, mas todo o território nacional. Daniela enfatizou a gravidade da situação,
1363 descrevendo a violação dos direitos humanos, especialmente o direito à alimentação
1364 adequada, e mencionou dados sistematizados pelo Ministério dos Direitos Humanos
1365 sobre essa população. Foi ressaltada a importância de conhecer melhor essa população,
1366 que além do Cadastro Único, também é contemplada pelo Bolsa Família. Informou que
1367 o governo federal decidiu priorizar a população em situação de rua para o Bolsa Família,
1368 considerando dados que mostraram que essa população não era adequadamente
1369 priorizada anteriormente. Essa é uma vitória significativa para a comissão. Anunciou
1370 que, no dia seguinte, o site do MDS publicaria informações sobre as unidades gestoras
1371 selecionadas para atuar como ponte entre os recursos disponíveis e a execução de
1372 programas. Destacou que algumas dessas cozinhas solidárias estarão voltadas à
1373 população em situação de rua e outras situações de vulnerabilidade. Relatou sobre o
1374 avanço das hortas urbanas e a necessidade de dialogar com movimentos sociais, como
1375 os de catadores e de população em situação de rua. Também foi discutida a
1376 possibilidade de utilizar espaços ociosos no sistema prisional para implementar hortas,
1377 promovendo a dignidade humana e a inclusão dessas pessoas no processo.
1378 Compartilhou que a comissão teve uma conversa produtiva com o Ministério dos
1379 Direitos Humanos sobre a criação de um curso e oficinas para capacitação de gestores
1380 públicos. O objetivo é mobilizar esses gestores, pois, muitas vezes, são eles que podem
1381 dificultar o acesso ao direito à alimentação adequada. Daniela pediu que fossem
1382 projetados os encaminhamentos na tela e chamou o senhor Ubiraci (Bira) para que ele

1383 pudesse introduzir um importante processo de encaminhamento que traria mais
1384 informações sobre a elaboração de uma campanha nacional. Bira informou que a
1385 comissão aprovou por unanimidade a criação de uma campanha nacional com o tema
1386 “Menos Juros, Menos Fome, Mais Segurança Alimentar, Mais Direito Humano à
1387 Alimentação Adequada”. A campanha inclui a produção de cartazes e materiais visuais
1388 (banners, adesivos, etc.) para apoiar o presidente da República em sua luta pela redução
1389 das taxas de juros, reconhecendo a importância desse tema na luta contra a fome.
1390 Destacou que a decisão é crucial, pois a redução das taxas de juros impacta diretamente
1391 na segurança alimentar e nos direitos humanos, contribuindo para um acesso mais justo
1392 e adequado à alimentação. Reforçou a importância da campanha contra as taxas
1393 abusivas de juros, ressaltando que a redução dessas taxas é fundamental para garantir
1394 recursos que fortaleçam a agenda de segurança alimentar e nutricional, bem como o
1395 direito humano à alimentação adequada. Enfatizou que a mobilização em torno dessa
1396 campanha é essencial para que os recursos necessários cheguem efetivamente às
1397 políticas de combate à fome. Informou sobre a intenção de solicitar uma reunião com o
1398 Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir o direito humano à alimentação
1399 adequada e as especificidades dos arranjos políticos e institucionais necessários para a
1400 execução de políticas públicas e programas de segurança alimentar e nutricional (SAN).
1401 Destacou a importância de incluir representantes do governo e de ministérios
1402 específicos nessa conversa, visando sensibilizar os órgãos de controle sobre a agenda do
1403 direito humano à alimentação adequada. Daniela chamou a atenção para a necessidade
1404 de que a Secretaria monitore o processo do Ministério da Saúde, em parceria com o
1405 Ministério das Relações Exteriores (MRE), em relação ao compromisso assumido pelo
1406 Brasil na última Assembleia Mundial da Saúde. Informou que o prazo estabelecido pela
1407 OMS (Organização Mundial de Saúde) para cumprimento desse compromisso se
1408 aproxima (05 de setembro). A conselheira Sônia trouxe à tona a necessidade de
1409 acompanhamento da Resolução nº 4/2024 do Consea, que aborda o controle do
1410 marketing digital de substitutos de leite materno, que não foi encaminhada para
1411 apreciação na Assembleia Mundial de Saúde de 2025. O intuito é garantir que essa
1412 proposta seja revisitada e considerada nos próximos passos. A presidente agradeceu à
1413 CP4 e informou que o Ministério da Saúde comunicou que perdeu o *timing* da
1414 negociação com outros países sobre a demanda de controle da publicidade digital. O
1415 ministério se comprometeu a realizar toda a articulação necessária para apresentar essa
1416 demanda na próxima Assembleia Mundial da Saúde. A resposta é pública e pode ser
1417 compartilhada com os membros do Conselho. Confirmou que será feito um convite ao
1418 TCU para a próxima reunião da CP4. A pauta deve incluir essa discussão, que será
1419 organizada na preparação da reunião de outubro. Reforçou a necessidade de apresentar
1420 um plano concreto para a campanha sobre a redução das taxas de juros. Destacou que
1421 é fundamental que a CP apresente detalhes sobre quem será responsável pela
1422 campanha, qual o financiamento e as ações planejadas. A proposta precisa ser
1423 estruturada para que a plenária possa avaliar sua viabilidade, considerando os prazos
1424 estabelecidos. Daniela agradeceu e comunicou que a CP4 se encontraria de forma
1425 remota nos próximos 15 dias, e se comprometeriam com a plenária para apresentação
1426 da proposta da campanha. O conselheiro Bira afirmou seu compromisso em desenvolver
1427 um plano estruturado para a campanha, abordando aspectos como financiamento,
1428 responsabilidades e palavras de ordem e destacou a importância de apresentar a
1429 proposta de forma concisa e organizada, garantindo que todos os detalhes sejam

1430 considerados. A presidente Elisabeta Recine perguntou ao plenário sobre a pertinência
1431 da proposta da CP4 de realizar uma mobilização em favor da redução das taxas de juros.
1432 Enfatizou a importância de obter a concordância do plenário antes de avançar na
1433 mobilização. Ela reforçou que a proposta elaborada por Bira deverá passar pela CP4 para
1434 garantir que as propostas sejam coletivas e respeitem os rituais estabelecidos.
1435 Agradeceu a colaboração e o entendimento de todos sobre a necessidade de seguir os
1436 procedimentos. Em seguida a coordenadora da CP3, Vanessa Schottz, iniciou sua fala. A
1437 CP3 realizou uma oficina para discutir os desafios relacionados às propostas da
1438 Conferência, mas não conseguiu finalizá-las devido ao volume de propostas. Um grupo
1439 de trabalho foi formado para finalizar a discussão e encaminhar as propostas aos
1440 membros da CP, que serão posteriormente apresentadas ao plenário. Reconhecimento
1441 da importância do debate realizado anteriormente sobre o PNAE e as propostas de
1442 alteração da Resolução 06, especialmente em relação à compra da agricultura familiar.
1443 Cássia e Petra apresentaram as mudanças propostas, que incluem a priorização das
1444 mulheres na agricultura familiar e a regulamentação sobre os custos de insumos. A CP
1445 expressou preocupação com as flexibilizações ocorridas nos governos recentes que
1446 reduziram o percentual de agricultores familiares necessários para caracterizar uma
1447 cooperativa. Atualmente, é exigido que apenas 50% da cooperativa seja composta por
1448 agricultores familiares, o que causa distorções. A CP3 destacou a importância de dialogar
1449 com o MDA sobre denúncias de irregularidades envolvendo cooperativas e quais
1450 protocolos de ação estão em vigor. A necessidade de desagregar dados sobre a compra
1451 da agricultura familiar foi enfatizada, incluindo informações sobre cooperativas,
1452 associações, mulheres e comunidades tradicionais. O lançamento do CAF 3.0 foi
1453 mencionado como uma expectativa para melhorar a coleta de dados. Foi expressado o
1454 receio de que projetos de lei relacionados ao PNAE em tramitação no Congresso possam
1455 trazer riscos à política atual. Foi solicitado ao Consea uma reunião com o MEC, senadora
1456 e FNDE para manifestar preocupações sobre a tramitação do projeto de lei. A CP3
1457 discutiu o Programa de Fomento Rural, coordenado pelo MDS, que fornece recursos a
1458 famílias rurais em situação de vulnerabilidade. Camille, do MDS, apresentou o
1459 programa, e a CP3 destacou a importância do monitoramento e da integração com
1460 ações de assistência técnica e rural (ATER). Sugestão de que o FNDE participe do grupo
1461 gestor do programa para melhorar a articulação. A presidente agradeceu a todos pela
1462 paciência e perguntou se alguém tinha alguma dúvida ou precisava de informação
1463 adicional sobre o relato da CP3. A presidente citou as recomendações a serem
1464 apreciadas foram elas: (1) recomendação da CP6 sobre EBIA indígena, (2) recomendação
1465 da CP2 sobre livro didático de educação alimentar e nutricional, (3) recomendação da
1466 CP7 sobre CadÚnico, (4) recomendação conjunta da CP1 e CP3 sobre o Projeto de Lei do
1467 PNAE 3.002, (5) apreciação da ementa do grupo de trabalho sobre conflitos de interesse,
1468 (6) recomendações da CP3 para que seja mantido o Planapo e a implementação do
1469 Pronara. A presidente consultou o plenário sobre a elaboração e aprovação do texto
1470 sobre o Planapo pela mesa diretiva. A presidente sugeriu o início da leitura da
1471 recomendação sobre a EBIA indígena. Recomenda-se à Câmara Interministerial de
1472 Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), ao Ministério de Desenvolvimento e
1473 Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), ao Ministério dos Povos Indígenas
1474 (MPI), ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, ao Ministério da Ciência,
1475 Tecnologia e Inovação, ao Ministério da Igualdade Racial, ao Ministério do Meio
1476 Ambiente, ao Ministério do Clima, ao Ministério do Planejamento e Orçamento, à Casa

1477 Civil, ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e
1478 Agricultura Familiar, à Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), ao Ministério da Saúde, à
1479 Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e ao Banco Nacional de
1480 Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que sejam viabilizados recursos
1481 financeiros e humanos para a realização do primeiro inquérito nacional sobre a
1482 soberania e segurança alimentar dos povos indígenas no Brasil, coordenado pela Rede
1483 Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan). Que os órgãos
1484 citados possam articular, a partir de suas atribuições específicas, ações em apoio à
1485 execução deste inquérito, assegurando a inclusão de todas as aldeias presentes no plano
1486 amostral, mesmo aquelas mais remotas e de difícil acesso, que podem representar as
1487 populações mais vulneráveis à insegurança alimentar e à fome. Que se opere a
1488 intermediação entre os profissionais de pesquisa e as lideranças indígenas, garantindo
1489 a participação dos gestores regionais e locais das políticas indigenistas neste processo.
1490 Que se evidem esforços para que, na maior brevidade possível, seja realizado o
1491 inquérito, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e outros
1492 indicadores pertinentes. A Presidenta destacou a unanimidade quanto à necessidade e
1493 urgência de se obter informações por meio deste inquérito. Contudo, ela expressou
1494 profundas dúvidas sobre a nomeação da Rede, ressaltando que, ao utilizar recursos
1495 públicos, é necessário ter cautela ao indicar uma organização específica para a
1496 realização de atividades. Essa abordagem poderia gerar questionamentos e
1497 desigualdades em relação a outras organizações que também poderiam se considerar
1498 competentes. A presidente sugeriu que o Conselho aprovasse o mérito da proposta, mas
1499 reformulasse a maneira de incentivar o governo a assumir a responsabilidade pela
1500 realização do inquérito, evitando assim a criação de precedentes que poderiam levar a
1501 situações desfavoráveis para o Conselho no futuro. Em seguida, a Presidenta abriu a
1502 palavra para a plenária, convidando os participantes a expressarem suas opiniões ou
1503 dúvidas sobre a questão levantada. A senhora Elisabetta Recine continuou sua fala
1504 abordando a questão ética relacionada à proposta de nomear a Rede Brasileira de
1505 Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan) para a realização do inquérito.
1506 Ela afirmou que não há problemas éticos do ponto de vista da pesquisa em si, mas
1507 ressaltou a importância de não especificar que a Rede deve ser a responsável pela
1508 execução do inquérito. Embora reconheça que a Rede seja atualmente a mais habilitada
1509 e que esteja desenvolvendo a metodologia necessária, a indicação poderia gerar
1510 complicações que dificultariam a defesa da proposta. A Presidenta enfatizou a
1511 necessidade de se dirigir ao governo de maneira que preserve a independência do
1512 Conselho, sugerindo que a responsabilidade pela realização do inquérito deve ser
1513 atribuída ao governo, sem a preferência por uma organização específica no documento
1514 que seria assinado. A senhora Ana Segall concordou com a presidente e disse que
1515 esperam apenas uma carta de apoio político do Consea. O conselheiro Jean sugeriu que
1516 retirassem o nome da Rede e que mantivessem a recomendação. A Sra. Elisabetta
1517 Recine questionou a plenária sobre o conforto e o entendimento em relação a uma
1518 alternativa proposta. Ela perguntou se todos estavam informados e confortáveis com a
1519 proposta, e sugeriu uma pausa para permitir que os participantes lessem o material em
1520 questão. Foi levantada a importância de incluir no texto a necessidade de medidas de
1521 sensibilização para a utilização desses materiais didáticos. A Sra. Recine questionou o
1522 que seriam "medidas de sensibilização", com a explicação de que se trataria de
1523 processos de formação dos docentes, sugeridos pelo pessoal do FNDE, para garantir a

1524 efetiva comunicação e implementação dos materiais. Após breve discussão, foi proposto
1525 que a Secretaria revisasse o texto, considerando que qualquer modificação que
1526 contrariasse as preocupações expressas pela plenária fosse reformulada. A proposta foi
1527 aprovada pela plenária, com a decisão de que qualquer menção que limitasse as
1528 possibilidades de realização em uma única instituição ou organização seria retirada. A
1529 recomendação sobre o CadÚnico, proposta pela CP7, foi discutida. A proposta sugeriu
1530 que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome adotasse medidas para
1531 ampliar e qualificar a inclusão das famílias de povos e comunidades tradicionais no
1532 Cadastro Único. Isso inclui a orientação aos Centros de Referência de Assistência Social
1533 (CRAS) para a devida marcação do pertencimento a essas comunidades durante o
1534 processo de inclusão ou atualização cadastral. A recomendação foi colocada em votação
1535 e aprovada por unanimidade. Foi sugerido que o texto fosse atualizado para refletir o
1536 decreto mais recente sobre o tema. Foi discutida a recomendação sobre o Projeto de Lei
1537 3002, que propõe a criação da Política Brasileira de Alimentação Escolar. Alguns
1538 membros do CONSEA expressaram preocupações sobre a revogação da Lei 11.947/2009
1539 (Lei do PNAE), que poderia ser afetada pela nova proposta de PL. O entendimento foi de
1540 que a criação de uma nova política não deveria implicar na revogação da lei existente.
1541 Foi sugerido que, antes de encaminhar a recomendação formal ao Congresso Nacional,
1542 fosse mais estratégico realizar uma reunião com os envolvidos, incluindo a senadora
1543 autora do projeto, a Presidência do FNDE, e a Casa Civil, para avaliar o impacto da
1544 proposta e tentar buscar um consenso. Alguns membros sugeriram que a recomendação
1545 fosse adiada até que o cenário evoluísse e um diálogo mais direto fosse estabelecido.
1546 Após uma reflexão sobre as estratégias e os riscos de dar visibilidade imediata ao
1547 projeto, a proposta foi colocada em votação. A recomendação foi aprovada com a
1548 seguinte orientação: que se busque um diálogo preliminar com os atores políticos antes
1549 de tornar a recomendação pública. A conselheira Kota Mulanji sugeriu a aproximação
1550 com o legislativo, para acompanhar os projetos de lei que envolvem segurança
1551 alimentar e garantir que eles cheguem ao CONSEA. Mariana Santarelli alertou para os
1552 riscos de perdas em projetos de lei em tramitação, como a perda dos 30% destinados à
1553 agricultura familiar no PNAE. Ela defendeu a criação de um documento formal, que
1554 possa ser usado como base para discussões e estratégias de advocacy. A presidente
1555 Elisabetta Recine propôs transformar as preocupações e conteúdos discutidos em um
1556 ofício formal para ser enviado ao FNDE e ao Senado, solicitando audiências e destacando
1557 a importância do histórico e da análise de PLs já em andamento. A discussão sobre
1558 financiamento do PNAE culmina na recomendação de aumentar os recursos destinados
1559 ao programa, com base na inflação e criando mecanismos permanentes de reajuste,
1560 para evitar a defasagem dos valores per capita. Essa recomendação foi encaminhada ao
1561 Ministério da Educação, Planejamento, Fazenda, e ao Congresso Nacional. Daniela Frozi
1562 destacou a situação de vulnerabilidade de algumas regiões, como a Ilha de Marajó, onde
1563 a violência e os índices elevados de insegurança alimentar exigem um aumento
1564 específico dos recursos para o PNAE. Ela sugeriu que a recomendação de ampliação de
1565 recursos para o PNAE conte com essa questão de desigualdade regional e a priorização
1566 de territórios mais vulneráveis, como os territórios de violação de direitos humanos.
1567 Vanessa Schottz concordou com a importância dessa preocupação, mas sugeriu que se
1568 crie uma recomendação separada e específica para os territórios mais vulneráveis, como
1569 a Ilha de Marajó, para que haja um mecanismo específico de alocação de recursos.
1570 Mariana Santarelli deu sequência na discussão a partir do que foi discutido dentro do

1571 Grupo de Trabalho (GT) de Conflito de Interesses (COI), ela relatou que o GT discutiu
1572 formas de prevenir conflitos de interesse no processo de renovação da composição do
1573 CONSEA, em apoio à comissão de transição. Explicou que o foco do GT está na
1574 elaboração de orientações e parâmetros para a prevenção de COI, e que essas
1575 orientações serão encaminhadas à mesa diretiva e à comissão de transição do CONSEA
1576 para apreciação. Elisabetta Recine ressaltou que a autonomia da comissão de transição
1577 não pode ser comprometida. Ou seja, o GT não tem autoridade para definir regras, mas
1578 pode fornecer subsídios para a elaboração de documentos e orientações. Ela sugeriu
1579 ajustar o texto dos objetivos do GT para refletir essa autonomia e foco na prática do
1580 CONSEA, sem interferir diretamente na composição do conselho. Jean e Daniela
1581 sugeriram que a agenda do GT priorizasse a atuação no Sistema de Segurança Alimentar
1582 e Nutricional, para garantir que mecanismos de COI sejam incorporados a essa rede de
1583 atuação, dada sua relevância no contexto de segurança alimentar. Por fim, a plenária
1584 definiu registrar e formalizar as preocupações sobre os PLs e a situação do PNAE, criando
1585 um ofício formal para ser enviado às autoridades competentes, como o FNDE e o
1586 Senado. O grupo aprovou a recomendação para ampliar os recursos destinados ao PNAE
1587 especificamente ajustando os valores *per capita* para refletir as perdas inflacionárias.
1588 Também foi aprovado o trabalho do GT de COI com ajustes na redação dos objetivos,
1589 incluindo a remoção de termos que sugerem interferência na autonomia da comissão
1590 de transição e a prioridade para o trabalho com o SISAN. A mesa diretiva do CONSEA
1591 ficou de discutir e elaborar uma agenda de trabalho que contemple essas demandas e
1592 encaminhamentos, incluindo a possível participação de autoridades econômicas (como
1593 o Ministro da Fazenda) em futuras discussões. Daniela iniciou a discussão mencionando
1594 que todos os Grupos de Trabalho (GTs) dentro do CONSEA seguem um procedimento
1595 específico e que o mesmo procedimento deveria ser adotado para o GT de Conflitos de
1596 Interesse. Mariana Santarelli, representante do Observatório da Alimentação Escolar,
1597 destacou que o processo da comissão de transição já estava em andamento e que,
1598 devido aos prazos apertados, a resolução sobre o COI teria que ser produzida entre o
1599 momento atual e o dia 15 de agosto, visto que o regramento precisa estar pronto até o
1600 final de setembro, conforme o cronograma da comissão de transição. Ela afirmou que
1601 não haveria tempo para trazer a discussão para a plenária. O conselheiro Jean
1602 questionou a necessidade de incidir especificamente sobre a composição do CONSEA e
1603 a comissão de transição, destacando que a comissão já estava trabalhando e
1604 apresentando planos à mesa diretiva. Ele sugeriu que, ao criar um GT para dar subsídios,
1605 o CONSEA estaria influenciando o trabalho da comissão eleitoral, o que ele considerou
1606 não adequado. A Presidenta do CONSEA, senhora Elisabetta Recine, reforçou que a
1607 comissão responsável pelo processo de escolha da composição 2025/2027 tem
1608 soberania sobre suas decisões, conforme aprovado na Resolução. Ela explicou que,
1609 embora o tema de conflitos de interesse tenha sido explicitamente abordado nas
1610 propostas da 6ª Conferência Nacional, ele ainda carecia de mais detalhes. A comissão
1611 de transição aceitou receber os subsídios do GT, mas não os consideraria mandatórios.
1612 Diante disso, a Mariana Santarelli concordou em retirar a proposta do GT, afirmando
1613 que a contribuição poderia ser feita posteriormente. Elisabetta Recine propôs então
1614 manter os seguintes pontos para o GT: (i) elaborar uma resolução sobre prevenção de
1615 conflitos de interesse no CONSEA, (ii) promover a formação em COI para conselheiros,
1616 e (iii) incidir sobre a CAISAN para a criação de mecanismos de prevenção, mitigação e
1617 gestão de COI no SISAN. A plenária aprovou esses objetivos, e a proposta foi

1618 encaminhada. Ronald, Coordenador-Geral de Articulação da Participação Social na
1619 Secretaria Nacional de Participação Social, apresentou o Plano Clima Participativo, uma
1620 iniciativa do governo para dar materialidade aos compromissos do presidente Lula,
1621 alinhando as questões de desigualdade, clima e governança. Ele destacou que o
1622 processo será híbrido, com participação presencial e digital, e ocorrerá por biomas. O
1623 calendário das plenárias já havia iniciado e a plataforma digital do Brasil Participativo
1624 estaria disponível até o dia 26 de agosto para receber propostas. O objetivo é que as
1625 principais propostas dos 18 eixos do Plano Clima sejam apresentadas na COP29 no
1626 Azerbaijão. Elisabetta Recine agradeceu a apresentação do senhor Ronald e
1627 comprometeu-se a divulgar o calendário e as informações relativas ao Plano,
1628 compartilhando-as com os conselheiros e nas plataformas de comunicação do CONSEA.
1629 Foi abordado também o Plano Executivo da CAISAN, e Luiza Trabuco fez um comentário
1630 sobre o trabalho das CPs e o prazo para a entrega das propostas. Ela explicou que
1631 algumas CPs não conseguiram concluir suas contribuições a tempo e que precisariam de
1632 mais tempo. A expectativa é que o GT da CAISAN, responsável pela elaboração do plano,
1633 seja instalado até o dia 13 de agosto, com uma oficina intersetorial prevista para a
1634 primeira semana de setembro. Ela também mencionou a necessidade de ajustar o fluxo
1635 de tramitação das recomendações dentro do Sistema de Segurança Alimentar e
1636 Nutricional (SISAN), especialmente em relação ao monitoramento das recomendações
1637 e respostas aos diferentes ministérios. Ela sugeriu que o CONSEA e a CAISAN
1638 trabalhassem juntos para definir um processo intersetorial para responder a essas
1639 recomendações, e que isso fosse formalizado por meio de resolução. A senhora Laura
1640 Asher, representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, fez um
1641 agradecimento pela oportunidade de falar na reunião. Ela destacou a importância das
1642 parcerias entre os ministérios, especialmente no contexto do Programa Nacional de
1643 Alimentação Escolar (PNAE) em regiões de hipervulnerabilidade. Ela mencionou que a
1644 intersetorialidade tem sido um desafio, mas que os ministérios estão colaborando para
1645 enfrentar os problemas de fome e desigualdade. A reunião foi encerrada pela presidente
1646 Elisabetta Recine, agradecendo a participação de todos e também a equipe reforçando
1647 os encaminhamentos discutidos. Como resultado dos trabalhos dessa sessão Plenária
1648 03 (três) recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: Recomendação nº
1649 12/2024 sobre a EBIA indígena; Recomendação nº 13/2024 sobre CadÚnico para PCTs
1650 Recomendação nº 14/2024 sobre Livro didático e Educação Alimentar e Nutricional;
1651 Recomendação nº 15/2024 sobre financiamento do PNAE baseado no IPCA; e
1652 Recomendação nº 16/2024 sobre a necessidade de lançamento do PLANAPO com a
1653 devida incorporação do PRONARA. Encerrada a 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2024,
1654 eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente
1655 ata.

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 28/02/2025.